



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ATA DA 73ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO-05/06/2013

1 Às 9 horas do dia 05 de junho de 2013, na Sede Nacional do Instituto do Patrimônio
2 Histórico e Artístico Nacional, situado no endereço SEPSUL Entre Quadras 713/913, Ed.
3 IPHAN, 5º andar, Sala do Conselho Gestor, em Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a 73ª
4 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência da Presidenta
5 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a deliberação da seguinte
6 pauta: 1) Informes Gerais; 2) Proposta de Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do
7 Bonfim - Salvador/BA; 3) Proposta de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e
8 Paisagístico do Bairro da Luz - São Paulo/SP e 4) Proposta de Tombamento da Igreja do
9 Divino Pai Eterno – Trindade/GO. Presentes os conselheiros: Jurema Machado, presidenta,
10 Ângela Gutierrez, Arno Wehling, Breno Bello de Almeida Neves, Ítalo Campofiorito,
11 Marcos Castrioto de Azambuja, Nestor Goulart Reis Filho e Synésio Scofano Fernandes –
12 representantes da sociedade civil; Antonio Menezes Junior, representante do Ministério das
13 Cidades, Carla Maria Casara, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
14 Recursos Renováveis, Cícero Antônio Fonseca de Almeida, representante do Instituto
15 Brasileiro de Museus, José Liberal de Castro, representante do Instituto de Arquitetos do
16 Brasil, Roque de Barros Laraia, representante da Associação Brasileira de Antropologia e
17 Rosina Coeli Alice Parchen, representante do Conselho Internacional de Monumentos e
18 Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Luiz Phelipe de Carvalho Castro
19 Andrés, Maria Cecília Londres Fonseca, Marcos Vinícios Vilaça, Myriam Andrade Ribeiro
20 e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes da sociedade civil; Gilson Rambelli,
21 representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira. A presidenta Jurema Machado abriu
22 a reunião agradecendo a presença dos Conselheiros e das Conselheiras e, em seguida,
23 informou que, antes de dar início à discussão dos pontos previstos na ordem do dia, havia
24 reservado parte da manhã para dois assuntos que não implicavam em deliberação, sendo o
25 primeiro a apresentação, pelo Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI, da nova
26 atribuição do IPHAN de Autorizar pesquisas que dependam de acesso a conhecimentos
27 tradicionais que envolvem recursos genéticos e o segundo, o tema Marina da Glória.
28 Informa ter havido alteração em relação ao que estava previsto sobre o tema da Marina,

29 previsto como item extra pauta, quando seriam apresentadas as deliberações da Câmara
30 Setorial e Arquitetura e Urbanismo, em reunião ordinária prevista para o dia de ontem.
31 Entretanto, segundo a Presidenta, uma decisão judicial, impediu a Câmara de analisar o
32 projeto, tendo a reunião da Câmara se dedicado a avaliar todo o processo da Marina da
33 Glória, o que, após a apresentação do DPI, seria compartilhada com o Conselho. Após
34 esses esclarecimentos, deu início à reunião, com o tema **Conhecimentos Tradicionais**
35 **Associados**, cedendo a palavra para a técnica Ana Gita, Coordenadora da área de
36 Conhecimentos Tradicionais Associados do DPI. Ana Gita explicou que essa nova
37 atribuição do IPHAN relativa aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio
38 genético decore da Medida Provisória 2.186/2001, que trata do patrimônio genético, e que
39 a responsabilidade do IPHAN é tratada no Parágrafo primeiro, do inciso IV, do art. 1º da
40 Medida Provisória que diz “§ 1º *O acesso a componente do patrimônio genético para fins*
41 *de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção far-se-á na forma*
42 *desta Medida Provisória, sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial*
43 *que incidam sobre o componente do patrimônio genético acessado ou sobre o local de sua*
44 *ocorrência”*. Ou seja, que os Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos
45 Genéticos integram o Patrimônio Cultural Brasileiro, estabelecendo-se, assim, a
46 responsabilidade da área da cultura e do IPHAN. Finalizando, Ana Gita esclareceu que tais
47 Conhecimentos Tradicionais são considerados Patrimônio Cultural Imaterial e que a
48 legislação estabelece a obrigação do Estado de estabelecer políticas que garantam as
49 condições de produção e reprodução desses bens, ou seja, das comunidades detentoras e de
50 seus mecanismos de transmissão. A Diretora do DPI, Senhora Célia Maria Corsino,
51 complementou, informando que essa legislação foi motivada pela exploração, de modo
52 geral, pelas grandes empresas multinacionais de cosméticos e fármacos, que produzem
53 bilhões de dólares por ano, muitas vezes à custa de conhecimentos tradicionais de
54 Comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e outros. Objetiva-se garantir
55 uma repartição mais equitativa de benefícios a essas comunidades, como previsto pela
56 Convenção da Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, destacando-se o Artigo
57 8º, alínea J que trata dos Conhecimentos Tradicionais. Esse artigo orienta os países criar
58 sua legislação, sendo o Brasil um dos poucos países que tem legislação nesse sentido.
59 Ressaltou a importância do Artigo 10 da Convenção, que trata da aplicação de medidas
60 corretivas em áreas degradadas e da necessária utilização, pelas legislações nacionais, dos



61 mecanismos de consulta a essas populações alvo. A Diretora do DPI informou que o
62 Ministério do Meio Ambiente, em 2011, propôs ao IPHAN proceder à autorização do
63 acesso aos Conhecimentos Tradicionais Associados para fins de pesquisa científica com
64 base naquele Artigo 8º, tendo em vista que, com a edição da criação, pela MP, do
65 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético no âmbito daquele ministério, esse órgão
66 ficou responsável por julgar questões mais amplas que envolvem contratos, e todos os
67 procedimentos da área das ciências biológicas e afins, todos os laboratórios farmacêuticos.
68 Em 2011, o IPHAN foi credenciado a emitir autorizações apenas naqueles aspectos postos
69 pela legislação, ficando o tratamento de recursos genéticos em no que se refere a relações
70 contratuais ou a transferência de biotecnologia, para avaliação no âmbito do CGEN, do
71 CNPq ou do IBAMA, órgãos credenciados para tal finalidade. “É uma legislação que
72 estabeleceu um divisor de águas especialmente no campo da biologia e áreas afins porque
73 interferiu diretamente nos procedimentos até então utilizados”, concluiu a Diretora. A
74 Presidenta Jurema Machado, retomou a palavra e disse que a ideia, com a exposição desse
75 tópico, era apenas apresentar aos Conselheiros mais essa atribuição do IPHAN, “um
76 trabalho importante que, por trás de números que aparentemente não são altos, verifica-se
77 o envolvimento de comunidades inteiras”. Afirmou, ainda, que essa é uma área que requer
78 cuidado e muita responsabilidade. Antes de passar a palavra aos conselheiros para
79 comentários, a Presidenta, fazendo remissão ao tema recém-abordado, falou sobre o porquê
80 dos informes que antecedem as reuniões do Conselho. Segundo ela, o objetivo dos
81 informes é atualizar o Conselho sobre o conjunto de atribuições do IPHAN, sobre a
82 amplitude e o grau de complexidade que vem adquirindo o tema do patrimônio cultural de
83 uma forma geral. Como segundo aspecto, apontou o conjunto de situações enfrentadas no
84 IPHAN, decorrente da má compreensão ou compreensão superficial do que seja o
85 instrumento do Patrimônio Imaterial, que “traz uma inovação conceitual em relação à ideia
86 de folclore, uma vez que admite a contemporaneidade, a transformação no tempo e, por
87 outro lado, apresenta como novidade a responsabilidade do Estado para com o que nós
88 venhamos a reconhecer como Patrimônio Imaterial. Diferentemente dessa direção que o
89 IPHAN vem dando com o apoio do Conselho, temos visto movimentos em Estados e
90 Municípios e, às vezes, até no Legislativo Federal, de se atribuir a condição de Patrimônio
91 Imaterial às situações as mais diversas”. Como exemplo, citou a tramitação, no Congresso
92 Nacional, de projeto de lei que reconhece a *Voz do Brasil*, um programa radiofônico, como



93 Patrimônio Imaterial. Disse ter participado da audiência pública, no Senado, sobre a
94 matéria, quando tentou dissuadir os Senadores e demais participantes da audiência dessa
95 ideia explicando que para o objetivo subjacente à proposta, ou seja, de manter a Voz do
96 Brasil às 19 horas, como é hoje, em resposta a outro projeto que flexibiliza o horário de
97 transmissão, o instrumento do Patrimônio Imaterial não seria adequado. Em um dos
98 momentos da audiência, disse ter usado como argumento, um capítulo do livro da
99 Professora Sônia Rabelo, para mostrar a inadequação do processo legislativo para fazer um
100 reconhecimento de bens culturais. Embora a autora não tratasse especificamente do
101 patrimônio imaterial no livro, o disposto sobre o patrimônio material era suficientemente
102 claro para se fazer a analogia. “Essa e outras iniciativas do mesmo teor, não agregam nada
103 à política de salvaguarda do patrimônio imaterial e podem desmoralizá-la no médio prazo.
104 Esse é um tema que não vamos desenvolver aqui por falta de tempo, mas o IPHAN vai se
105 encarregar de preparar um quadro consolidado dessas iniciativas para que tenhamos,
106 inclusive, o apoio do Conselho para reafirmar os princípios da legislação do Patrimônio
107 Imaterial”, concluiu. **Abertura para os comentários.** Conselheiro Nestor Goulart iniciou
108 com comentários sobre a questão da Gestão do Patrimônio Genético: “Vejo com muito
109 entusiasmo essa iniciativa, que considero da maior importância, e solicitaria uma cópia
110 desse material para tentar estabelecer um contato mais direto com os meus amigos da
111 USP”. Tenho conversado com alguns deles, da área da Academia de Ciência e da área de
112 Antropologia, especialmente com a Professora e antropóloga Sylvia Caiuby Novaes,
113 porque entendo que é indispensável à participação dos jovens das tribos que já sejam
114 bilíngues, enquanto são bilíngues. É indispensável haver, uma interface entre os dois
115 grupos para que isso possa realmente funcionar nas Universidades. Ainda de caráter
116 prático, o que eu vejo aí são duas possibilidades resultantes desse trabalho. Quando nós
117 fazemos a pesquisa junto com eles sobre os conhecimentos que eles detêm, se nós
118 publicamos que é o nosso procedimento normal, universitário, está gerado o direito autoral
119 sobre a matéria com uma linguagem aceita internacionalmente. Se isso é feito com uma
120 exploração comercial direto de uma empresa com os indígenas, isso não acontece. Então
121 me parece que o nosso caminho aqui enfatizado, de cooperação com as Universidades, é
122 fundamental nesse sentido incorporar os jovens nas pesquisas, dar continuidade, dar
123 permanência a elas dentro das tribos e comprometer as Universidades na publicação dos
124 resultados. Se nós fazemos com o nosso conhecimento, os direitos autorais estão



125 garantidos. Então, e como se sabe muito bem, infrações ao direito autoral correm pelo
126 Código de Processo Penal, não pelo Civil. Quando é pelo Civil as empresas se sentem
127 muito a vontade para manipular os resultados. Já tive experiências pessoais com um grande
128 banco internacional. Então acho que o encaminhamento é corretíssimo, mas eu gostaria de
129 ter mais informações para tentar organizar um diálogo, eu desde que vi o material sobre a
130 Amazônia, sobre sistema agrícola, e que eles tinham mais de 70 espécies só naquela área,
131 eu fiquei impressionado. Por outro lado o livro sobre o estudo que nós realizamos sobre a
132 formação das capitâneas do Sul, para mim ficou muito claro que a maior parte do Território
133 Nacional, e certamente a Capitania do Sul durante dois primeiros séculos, e mesmo no
134 século XVIII, que foram aquelas Capitâneas, aquelas regiões que usaram a língua geral,
135 nestas regiões havia acesso a essas informações, inclusive pelos colonos. Mas a vida dos
136 colonos dependia totalmente disso. As nossas regiões não tinham africanos. Eram regiões
137 com habitantes que não podiam pagar a compra de escravos africanos. De sorte que a
138 convivência com os indígenas não foi de modo algum igual a da escravidão africana,
139 porque eles usavam armas, tinham uma interação no cotidiano e mantinham as suas
140 relações familiares. Então, esses conhecimentos foram utilizados até o começo do século
141 XIX como se tem documentado. Estou preocupado com o fato de que o avanço das
142 fronteiras indígenas vai destruir as espécies e o conhecimento sobre as espécies. Essa é a
143 questão grave. As nossas regiões do Sul estão quase totalmente desmatadas, o meio
144 ambiente foi completamente alterado, nós precisamos recuperar esses conhecimentos e
145 creio que a Universidade tem esse papel. No ano passado, o CNPq nos propôs um projeto
146 muito pouco eficiente que seria a pré- iniciação científica. Eram colegiais poucos
147 preparados, mas aberturas desse tipo seriam fundamentais para nós podermos contratar
148 esses jovens bilíngues, para eles darem continuidade às pesquisas. E insisto no fato de que
149 a maior parte do Território Nacional foi formada com esse binômio, portugueses e
150 indígenas e não com africanos. Esses são os povos mais prejudicados, mas os grandes
151 prejudicados somos nós que perdemos esse conhecimento. Concordo inteiramente com o
152 projeto. Vejo que agora, precisaríamos estreitar os laços, para tentar envolver e fazer uma
153 experiência nesse sentido, de estabelecer uma sistemática de pesquisa de campo. A ação
154 através das empresas me deixa profundamente preocupado. É extremamente difícil
155 controlar essas relações. Nós trabalhamos sobre conhecimento. “Portanto, as universidades
156 têm que ser mobilizadas e os instrumentos do IPHAN para legalização desse conhecimento



157 precisam ser utilizados largamente”. A palavra foi dada ao Conselheiro Marcos Azambuja
158 abordou o tema pela ótica da cautela. Segundo ele, uma nova seara com potenciais
159 conflitos com outras áreas do setor público se abre, “nós tínhamos até agora no IPHAN a
160 vantagem de uma pista não compartilhada com outros. Era uma legislação e uma jurisdição
161 de grande clareza. Era o nosso assunto, o nosso tema”. Apontou, ainda, a questão da
162 propriedade intelectual: “o problema geral de propriedade intelectual, é o problema geral
163 de quem detém o conhecimento, quem administra o conhecimento, no momento em que o
164 conhecimento, cada vez mais, é o diferencial de poder e de riqueza. Então, nós vamos
165 acabar chegando ao ponto de entrar em rota de colisão com patentes, com propriedade
166 intelectual, com direitos de fazer, com legislação externa, OMC”. Por fim, disse que a ideia
167 não é de abandonar o tema, nem de negar relevância e urgência, mas ir com cuidado tendo
168 a consciência de que é um terreno novo, “uma terra ignota, envolvendo o mundo
169 universitário, o mundo empresarial, um mundo da ciência”. O Conselheiro Roque Laraia,
170 na sequência falou de sua experiência de campo com o grupo Tupi, quando coletou o nome
171 de centenas de vegetais e sua utilidade, mas que pouco adiantou para ele porque não era
172 capaz de identificar os vegetais, sendo necessário o antropólogo fazer um trabalho
173 associado com botânicos para poder fazer uma real uma identificação porque uma floresta
174 para um grupo indígena é cheia de referência. A Presidenta agradeceu as palavras desses
175 Conselheiros, e disse compartilhar com eles das preocupações levantadas, em especial
176 neste momento, no qual o IPHAN acumula muitas tarefas e grande quantidade de recursos
177 para investimentos , coisa nunca vista em um órgão de preservação do patrimônio cultural,
178 , ao mesmo tempo em que é assolado pela assimetria em termos da recuperação dos
179 quadros técnicos. Ponderou que não via tanto risco em o IPHAN compartilhar seu objeto
180 de trabalho com outros, e asseverou que, na sua origem, as decisões eram de fato muito
181 centralizadas, pelo momento histórico, pela condição inovadora em que o órgão começou a
182 atuar no país, mas que hoje já não é mais assim, pois os temas próprios da instituição
183 dizem respeito a todos e às comunidades em geral, sejam as urbanas, sejam as
184 Comunidades Tradicionais. Em seguida, a Presidenta, antes de passar o tema Marina da
185 Glória falou sobre a 26ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco e dos novos critérios de
186 participação, voltados a estimular a participação de setores que estariam um pouco
187 distantes do prêmio, como a parte do setor privado identificado com ações que favoreçam e
188 estimulem a conservação do patrimônio; como o próprio setor público, além de valorizar



189 de forma mais individualizada as ações de qualidade técnica na produção, seja de projeto,
190 seja de intervenções de restauro, um tema que também estava um pouco apagado nas
191 últimas premiações. **Marina da Glória.** Sobre essa questão, explicou: “Esse ponto estava
192 pautado para que o Conselho tomasse conhecimento do posicionamento da Câmara
193 Setorial de Arquitetura e Urbanismo, fosse relativo à análise específica do projeto, fosse
194 algum outro pedido de informações adicionais. No entanto, a conclusão de uma ação
195 judicial que invalida o contrato de concessão existente na área, fez com que o projeto da
196 Marina não pudesse ser objeto de análise, ontem, pela Câmara Setorial ficando, em
197 consequência, prejudicado esse ponto da ordem do dia, por não haver o que discutir nos
198 termos previstos. A Câmara, frente à situação, valeu-se da reunião para sugerir o
199 encaminhamento a ser dado à questão, por isso reproduzo aqui a discussão realizada, toda
200 ela constante da Ata aprovada ao final da reunião e distribuída para os Senhores
201 Conselheiros. A discussão se deu em dois grandes blocos: - primeiramente as ações
202 judiciais e, na sequência, avaliou-se quais seriam os encaminhamentos mais adequados
203 para o momento, independente de se ter um projeto em análise”. A Presidenta pediu, então,
204 ao Procurador- Chefe da Procuradoria Federal, no IPHAN, Dr. Geraldo de Azevedo Maia,
205 que expusesse as questões judiciais em curso. **Ações judiciais.** “Obrigado”. Bom dia,
206 Presidenta, Conselheiros, Conselheiras, demais presentes. Na ata que os Senhores
207 receberam há referência a três processos judiciais relacionados à Marina da Glória. São
208 duas ações populares e uma ação ordinária. A primeira delas é uma ação popular ajuizada
209 contra o Município do Rio de Janeiro e que se refere às áreas do bosque e da prainha, na
210 área do Parque do Flamengo. Houve decisão favorável a essa ação popular impedindo a
211 construção em ambas. Essa é, portanto, a primeira ação relacionada à área da prainha e do
212 bosque como está indicado aí na Ata. A segunda ação, uma ação ordinária, foi ajuizada
213 pela EBTE contra o IPHAN. Esse processo é decorrente de um projeto de reforma que a
214 EBTE desejava realizar na área da Marina da Glória. O que a EBTE pedia nesse processo?
215 Primeiro ela alegava que teria ocorrido destombamento do Parque do Flamengo pela
216 sessão da área da União para o Município. Em seguida, pedia que os seus projetos para a
217 área não precisassem ser apresentados para a autorização junto ao IPHAN e, ao final,
218 sucessivamente, se tivesse que apresentar os projetos, que o IPHAN não pudesse declarar
219 nenhuma área como non aedificandi. Houve já decisão de 1ª instância e de 2ª instância. O
220 processo está no STJ, na 3ª instância, ainda pendente de julgamento, mas a decisão da 1ª e

221 2ª instância foi no mesmo sentido de que, obviamente, a sessão da área da União para o
222 Município não acarretou o destombamento da área, ela é tombada. Se é tombada, qualquer
223 projeto precisa sim, passar pela aprovação do IPHAN. Ou seja, essa decisão reiterou a
224 legitimidade e competência do IPHAN para declarar, como fez o Conselho já em mais de
225 uma oportunidade, que a área do Parque do Flamengo, salvo aquelas construções já
226 previstas no projeto original, podem ser, sim, declaradas non aedificandi pelo IPHAN.
227 Então, essas eram as ações mais conhecidas, digamos assim, porque as decisões já eram
228 um pouco. Mais. antigas e não tiveram nenhuma mudança recentemente. E a terceira ação,
229 que tem mais importância nesse momento, é uma ação popular ajuizada contra o Município
230 do Rio de Janeiro, a EBTE e a União Federal, em 1999, mas que teve sentença agora no
231 mês de maio. O pedido dessa ação popular era de que fosse desfeita a sessão da União para
232 o Município e que fosse igualmente desfeita a concessão do Município para a EBTE.
233 Houve, agora no mês de maio, uma sentença dizendo que não deveria ser desfeita a sessão
234 da União para o Município do Rio de Janeiro. Esse pedido não foi julgado procedente, mas
235 foi julgado procedente o pedido de extinção do contrato de concessão do Município do Rio
236 de Janeiro para a empresa. Assim, por força dessa decisão judicial, o que está valendo
237 nesse momento é que o contrato de concessão do município para a empresa não existe
238 mais, pois não foi apresentado recurso, implicando em não suspensão da sentença. Então,
239 juridicamente, hoje a área deve voltar para o Município do Rio de Janeiro. Provavelmente
240 esse processo não deve se encerrar com essa sentença, que é de primeiro grau. Imagino que
241 deva haver recurso, talvez pela parte do Município ou pela empresa, mas hoje a situação
242 judicial, processual é esta: há uma decisão judicial de 1ª instância que revogou, desde a
243 origem, retroagindo esse contrato de concessão do Município do Rio de Janeiro para a
244 empresa e, como consequência, temos que interromper os trabalhos do conselho no que se
245 refere à análise do projeto apresentado para a Marina. Vale dizer que, como a empresa que
246 apresentou o projeto não é mais concessionária e, como tal, não tem poderes sobre a área e
247 não pode executar qualquer projeto na área, a recomendação da Procuradoria Federal do
248 IPHAN, por força desse processo e por força dessa recente decisão, é para que esse pedido
249 de autorização não seja analisado pelo Conselho. Agradecendo ao Procurador Chefe, a
250 Presidenta Jurema Machado, antes de abrir a palavra para esclarecimentos e sugestões de
251 encaminhamento, citou correspondência enviada pela Procuradora do Ministério Público
252 do Rio de Janeiro, Giselle Porto, aos Conselheiros mencionando que Jurema Machado não

253 teria conhecimento das ações sobre a Marina da Glória. Jurema informou ser descabida
254 essa acusação, relatando que teve uma reunião com a Procuradora, na sede do IPHAN, em
255 três de abril passado, último dia da reunião anterior do Conselho. Segundo Jurema
256 Machado: “me encontrei com a Procuradora na minha sala”. Eu acho que ela,
257 acidentalmente, estava em Brasília por alguma outra razão, ou seja, não foi uma reunião
258 previamente marcada. Encontrei-me com ela, juntamente com a arquiteta Cristina Lodi,
259 que é a Superintendente do Rio de Janeiro. A partir dessa reunião, posso deixar claro para
260 os senhores, o que deu origem à afirmação da Procuradora, assim como o que o IPHAN
261 considera como sendo ações judiciais que deveríamos adotar como parâmetro na análise de
262 projeto. Essa primeira ação que o Procurador mencionou como sendo uma sentença válida
263 e definitiva, ou seja, a que restabelece a área do bosque e da prainha, foi acatada e
264 respeitada nas análises de projetos que o IPHAN realizou e, ainda que tal ação não
265 existisse, me parece óbvio, pois esses são dois valores inerentes ao projeto. A segunda ação
266 foi a que deu origem ao um mal entendido da minha fala com a Procuradora. Ela dizia que
267 a área da Marina era uma área non aedificandi, ao que eu declarei uma imensa
268 perplexidade naquele momento. Disse a ela na minha sala: *se essa área é non aedificandi,*
269 *por que estamos nós, tanto IPHAN quanto Conselho, analisando o projeto?* Na verdade a
270 frase é um pouco mais longa do que isso. É legítima decisão do Conselho Consultivo que
271 declarou serem não edificáveis as áreas do parque, **“excetuadas aquelas previstas no**
272 **projeto original”**. A margem com que nós trabalhamos é exatamente a segunda parte da
273 frase, ou seja, o projeto Afonso Reidy e as áreas que ele previu como passíveis de serem
274 edificadas no projeto original. É um tema de definição bastante complexa, tanto é
275 complexa que deu margem a mais de uma análise do Conselho, a mais de uma
276 interpretação do próprio Conselho. E é justamente nisso que entendo que reside a nossa
277 principal tarefa de agora em diante, ou seja, dar precisão, dar critérios concretos àquilo que
278 se chama de non-aedificandi, excetuadas aquelas previstas no projeto original. Acho que
279 essa trégua na análise de projetos pode ser uma oportunidade para que nos concentremos
280 na produção desses parâmetros. No caso de Brasília, temos uma situação muito semelhante
281 com os dizeres do Lucio Costa, do seu memorial descritivo, que deram origem à Portaria
282 314 Depois de uma série de debates, a conclusão que temos hoje no IPHAN é que é
283 necessário dar concretude à afirmação do que seja uma Escala, por exemplo, para que
284 possamos traduzi-la em normas claras quando da aprovação de projeto. E por que digo que

285 isso suscita, suscitou e contribuiu para uma série de mal entendidos ou de descaminhos,
286 vamos dizer assim, que tivemos até agora? Lembrem-se de que, quando o Conselho
287 analisou o projeto proposto pelo arquiteto Índio da Costa para a Marina em 2011 - naquele
288 momento eu era Conselheira, não era Presidente do IPHAN -, o fato de que o projeto era
289 praticamente semienterrado, desenvolvido quase todo em subsolo e, paisagsticamente,
290 pouco impactando o Parque, favoreceu que o Conselho, naquele, momento desse uma
291 decisão favorável àquele Projeto. Foi essa a diretriz para que o IPHAN analisasse a
292 proposta, reapresentada em 2012, de área menor do que aquela, e a aprovasse para fins de
293 desenvolvimento do projeto executivo e re-submissão ao Conselho, como está dito no
294 documento de aprovação. Mas, ao se observar o programa arquitetônico que está contido
295 ali no projeto de 2011, naquelas áreas em subsolo, ele é excessivo em relação ao que a
296 Marina deveria receber. Ou seja, entendo que temos que conceituar claramente o que deve
297 ser uma marina, que usos são compatíveis, ainda que, no memorial de Afonso Reidy
298 alguns usos são descritos de forma, digamos, 'ingênua', se comparados à situação atual,
299 como um aquário, um trezinho, um caminho do trezinho. Enfim, temos os dizeres do
300 memorial descritivo, que precisariam ser atualizados, buscando o sentido daquela intenção
301 projetual e traduzidos para algo suficiente para parametrizar um projeto arquitetônico atual,
302 dando segurança para nossa análise e aprovação. A partir de diretrizes mais concretas e
303 precisas, podemos fazer uma análise mais segura por parte das áreas técnicas do IPHAN e
304 trazer ao Conselho apenas para referendar essas áreas. Digo isso porque fazer análise de
305 projetos em Plenário é algo totalmente inadequado, algo que não funciona e gera decisões
306 ruins. Tanto que ontem fizemos uma reunião da Câmara, em que havíamos previamente
307 listado uma série de dúvidas quanto ao que pode ou não pode ser feito em termos de altura,
308 metragem construída, vagas de estacionamento, usos etc. e, ao submeter estas questões
309 hipotéticas à Câmara, verificou-se certa perplexidade diante das perguntas. São perguntas
310 difíceis de responder. Ou seja, precisamos nos assessorar melhor do lado do IPHAN, ter
311 clareza quanto à definição de um Programa Arquitetônico de Marina, o que é uma Marina,
312 quais são as funções essenciais para uma Marina, o que representa um campo de
313 conhecimento que nós não temos. Além do mais, caso o funcionamento de uma Marina
314 exigisse uma série de edificações, em que limite esse programa funcional pode ser
315 recepcionado pelo bem tombado? Concluindo, quero reiterar que nenhuma
316 desconsideração a ações judiciais, ainda que não terminativas, foi feita pelo IPHAN e,

317 muito menos, manifestada por mim. No caso dessa primeira, ela está claramente
318 contemplada pelo último projeto que havia sido parcialmente aprovado pelo IPHAN e, no
319 segundo caso, quanto ao que se entende por non-aedificandi, ele excetua o que havia sido
320 previsto pelo Reidy. Portanto, ao aprovar o projeto do Índio da Costa em 2012, o IPHAN
321 entendeu estar coerente com a aprovação havida em 2011 pelo Conselho. Gostaria que os
322 Conselheiros da Câmara complementassem essa minha exposição e fizessem comentários a
323 respeito. Antes ainda somente complemento com o seguinte: esse interregno em que
324 estamos, uma vez que não há nesse momento um projeto para ser analisado, nos permite
325 refletir com mais objetividade. Insisto que gostaria de contar com a colaboração do
326 Conselho e de quem mais for. Vamos trabalhar nisso nesses próximos dias. Não podemos
327 abandonar esse tema e deixar que ele volte à pauta apenas quando surgir um novo Projeto
328 para análise. Aí, instala-se a correria e eventualmente podemos incorrer em erros, tanto
329 Câmara quanto Conselho. Por quê? Porque aquela é uma área muito valiosa para a cidade
330 do Rio de Janeiro, em péssimo estado de conservação. As pessoas que falam do absurdo de
331 se fazer novas construções ali, estão muitas vezes muito distantes da área, imaginando que
332 se trata de um espaço totalmente virgem, não ocupado ou em situação próxima de um
333 ambiente natural. Ao contrário, essa área é muito construída, em grande parte asfaltada,
334 caótica do ponto de vista do uso e do estado de conservação. Peço que sejam mostradas as
335 imagens da situação atual, com o objetivo de sensibilizar os Conselheiros para buscarmos
336 todos os elementos necessários para fazermos as diretrizes, mas diretrizes muito objetivas,
337 porque, como está, esse local não pode ficar. E se nós não fizermos isso, estaremos sendo
338 demandados nos próximos dias. “Essa concessão que foi cassada agora, pode
339 eventualmente voltar mediante nova decisão judicial, ou a prefeitura pode tomar alguma
340 iniciativa o que implica, em algum momento, em termos que aportar as respostas
341 necessárias, ou seja, a decisão está apenas adiada e não eliminada do nosso horizonte”.
342 Antes de passar a palavra, a Presidenta fez rápida leitura do último parágrafo da ata da
343 reunião da Câmara Setorial, no intuito de nortear a discussão: *“A Presidente do IPHAN
344 sugeriu o encaminhamento da questão conforme os quatro pontos: 1º) no momento em
345 função da decisão judicial não cabe ao IPHAN analisar nenhum projeto de arquitetura
346 para a área da Marina da Glória; 2º) cabe ao IPHAN consolidar as informações dos
347 documentos históricos referentes ao Parque do Flamengo e à Marina da Glória em
348 atendimento ao solicitado pelos Conselheiros; 3º) o IPHAN deverá contratar um*



349 *Consultor para apoiar a confecção do programa de necessidades de uma Marina; e 4º*
350 *para evitar dúvidas futuras os Conselheiros da Câmara de Arquitetura definirão*
351 *parâmetros projetuais e critérios de uso e ocupação compatíveis com os valores do*
352 *tombamento, organizados segundo os seguintes temas: a) usos e funções; b) parâmetros*
353 *construtivos; c) acessos e estacionamentos; d) píeres e marinas; e) agenciamento e*
354 *paisagismo. Durante a reunião foram distribuídos a Ata da 16ª Reunião do Conselho*
355 *(1998) e uma coletânea de documentos chaves constantes do Processo. Às 17h40, foi*
356 *encerrada a 7ª Reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo". A palavra foi dada ao*
357 *Conselheiro Ítalo Campofiorito que disse que se vai definir parâmetros, critérios de uso de*
358 *ocupação compatíveis com os valores do tombamento e organizados segundo esses termos,*
359 *subtendendo-se que não se trata de uma marina ideal, mas uma marina segundo o*
360 *tombamento do Parque do Flamengo. Na sequência, falou o Conselheiro Synésio Scofano,*
361 *que disse ter se debruçado sobre o assunto a partir de informações recebidas do IPHAN e*
362 *de inúmeras outras fontes interessadas no tema porque, segundo ele, a questão pode*
363 *retornar a qualquer momento e o Conselho haverá de se defrontar com mesmo problema.*
364 *Para ele, há algumas questões ainda sem compreensão, como por exemplo a que consta dos*
365 *contratos de cessão e de concessão firmados com a união, em 1977 ou 1996, onde está*
366 *disposto que poderiam ser ampliadas a instalações no Complexo Marina Rio além das*
367 *especificadas na planta do Decreto autorizativo da sessão. De acordo com o Conselheiro, a*
368 *finalização da utilização do espaço público cedido à Marina da Glória estaria sendo*
369 *desvirtuada de sua locação natural em consequência da previsão, nos diferentes projetos*
370 *apresentados, de atividades com objetivos comerciais, tais como feiras de moda, venda de*
371 *veículos, eventos de música e outras, devendo ser questionando até que ponto aquele*
372 *espaço pode ser utilizado para outra atividade que extrapole a vocação natural de uma*
373 *Marina, como a da Glória, no Rio de Janeiro. Entretanto, o Conselheiro disse concordar*
374 *inteiramente com o tratamento geral que foi dado o tema. A Presidenta agradeceu e passou*
375 *a palavra ao Conselheiro Arno Wehling, que disse apoiar a não realização da discussão no*
376 *nível administrativo no momento em que há decisão judicial sobre o tema. Considerou que*
377 *não saberia se o Projeto estava tão bem explicitado como uma Marina, se aquilo era um*
378 *atracadouro de barcos ou outra coisa e se o conceito de Marina seria extrapolável para 50*
379 *anos depois, sugerindo que a consultoria devesse levar em conta essa fundamentação*
380 *histórica, essa posição tomada em relação ao tombamento do Parque do Flamengo como*

381 um todo. A seguir, falou o Conselheiro Marcos Azambuja. Para ele, a ideia de se produzir
382 um dossiê com tudo o que o Conselho já disse e fez sobre esse assunto ao longo de muitos
383 anos mostrará a coerência, a consistência e a transparência do órgão. Sobre a Marina disse
384 que ela tem de ter dimensões limitadas aos parâmetros iniciais e acredita que o dossiê
385 auxiliará no desestímulo de novas tentativas de descaracterizar o parque. E tem que ser
386 divulgado amplamente porque, tendo em vista que a credibilidade do Conselho ficou um
387 pouco tocada dentro da ideia de que não houve zelo e atenção, mostrará que há 40 anos o
388 Conselho protege o Aterro e o Parque do Flamengo de uma boa maneira, e que há um
389 conjunto de pessoas sérias trabalhando seriamente pelo Rio. Em seguida usou da palavra o
390 Conselheiro Antônio Menezes Junior, que falou da necessidade de discussão sobre o
391 significado de instituir parâmetros de proteção para intervenções, para alterações e
392 adequações dos bens culturais protegidos formalmente e que estão sobre uma dinâmica
393 absolutamente muito maior do que se pode imaginar porque, assim como a Marina da
394 Glória, existem outras obras que vão exigir esse tipo de esforço e como isto será
395 impossível, seria interessante uma discussão de caráter mais geral, ponderou. Propôs um
396 ponto de pauta de caráter mais geral sobre as competências do Conselho que tem um
397 regimento muito claro definido e limites. Disse não achar prudente trazer para a Câmara e
398 para o Conselho tamanha responsabilidade do ponto de vista da formulação, em relação ao
399 que foi definido como pontos A, B, C e D da Ata, caracterizando os parâmetros projetuais
400 e critérios de uso e ocupação. Para ele, a prudência exige trabalhar com indicativos sobre
401 uso do espaço arquitetônico propriamente dito, pois para usos e funções, o consultor é
402 quem vai dizer quais são os pertinentes. A Presidenta Jurema Machado retomou a palavra
403 e teceu dois comentários sobre a exposição do Conselheiro Menezes Junior. O primeiro,
404 com relação à questão da atualização, disse ser o desafio permanente do IPHAN, com base
405 em um conjunto de princípios filosóficos do projeto e, nesse sentido, não se pode tomar ao
406 pé da letra a descrição do Reidy, mas buscar a sua tradução na contemporaneidade.
407 Salientou que, se por um lado, do ponto de vista da Marina, por exemplo,
408 tecnologicamente a atividade mudou; por outro, isso não significa que, se um consultor
409 especializado em Marina disser que para fazer competições internacionais essa edificação
410 precisaria ter 50 mil m² e mais outra série de requisitos, esse então não será o lugar, por sua
411 total incompatibilidade. Deixou claro que a tradução de conjunto de preceitos iniciais para
412 a contemporaneidade é o papel permanente do IPHAN. Com relação à questão de instância

413 recursal observou que, quanto mais precisos forem os dossiês de tombamento, com
414 portarias de entorno definidas, com regras de diretrizes de ocupação definidos no momento
415 do tombamento, tanto melhor para atuação permanente do IPHAN, pois, hoje, o que o
416 Conselho atua no sentido de complementar o dossiê que tombou um projeto e que,
417 portanto, não oferece as diretrizes suficientes para análise. Desse ponto de vista, disse que
418 na reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo houve uma tentativa de elencar esses
419 pontos até para, da parte dela e do Diretor Andrey Schlee, sensibilizar os Conselheiros de
420 que não é tão simples assim lidar com a frase, "*Excetuadas aquelas previstas no projeto*
421 *original.*". Segundo Jurema Machado, "é difícil lidar com essa frase, vindo daí o pedido
422 de ajuda para não voltarmos a ter situações embaraçosas quando, mesmo agindo com base
423 numa deliberação do Conselho, nos ser imputado ter agido fora do que prevê o
424 tombamento. Portanto, o que fizemos ontem, o Andrey e eu, na reunião da Câmara, foi
425 tentar sensibilizar o Conselho de que precisamos de uma adesão maior na explicitação do
426 que essa frase representa. Não vamos nos contentar com generalidades, eu particularmente
427 não vou me conformar com generalidades, quero mais do que isso. Se nós não obtivermos
428 isso da Câmara, vamos ter que obter de outra forma, eu não excludo que tenhamos outros
429 especialistas envolvidos. A palavra de qualquer especialista de uma área específica como a
430 questão do uso de Marinas, não é definitiva para nada, ela é parâmetro, ela é um dado. Mas
431 precisamos de mais dos balões de ensaio". A Presidenta pediu ao Procurador-Chefe, Sr.
432 Geraldo de Azevedo Maia Neto que complementasse a explicação que pronunciou o
433 seguinte: "Temos a Portaria 420/2010, que regulamenta o processo de aprovação de
434 projetos dentro do IPHAN. A tramitação começa na superintendência e, se o projeto for
435 indeferido junto a essa unidade, ele vem para uma segunda instância na sede do IPHAN, na
436 Câmara de análise de recursos. E esse é o procedimento padrão e o Conselho de fato, não
437 analisa projetos nesses termos. Excepcionalmente, esse caso da Marina da Glória veio para
438 o Conselho exatamente por causa da deficiência dos parâmetros gerais, sendo que essa
439 deve ser pelo menos a quarta vez que o Conselho Consultivo se manifesta sobre a Marina
440 da Glória. Então, a necessidade de se trazer esse processo para aprovação,
441 excepcionalmente, pelo Conselho foi exatamente porque se entendeu que não existiam
442 parâmetros gerais suficientes para subsidiar uma análise técnica. As manifestações
443 anteriores do Conselho sobre o tombamento, não davam subsídios suficientes para,
444 baseado neles, a equipe técnica fazer uma análise e aprovar ou não o projeto, por isso se

445 resolveu trazer novamente a matéria para o Conselho”. A Senhora Presidenta
446 complementou a manifestação do Procurador, afirmando que isso não pode passar a ser
447 uma rotina, porque o Conselho não tem perfil para isso. Deu como exemplo a reunião da
448 Câmara Técnica, onde as perguntas apresentadas geraram perplexidade, uma vez que esse
449 é um tema que não se resolve numa tarde de reunião, exigindo muito mais do que isso,
450 segundo ela. O Conselheiro Sinésio defendeu uma posição de alerta, fundamentada,
451 segundo ele, na própria natureza do Conselho e do IPHAN, no que se refere ao
452 compromisso com a permanência do bem, haja vista que os valores se modificam mais
453 lentamente que os objetos que dependem daqueles valores, requerendo cautela, adotar uma
454 posição de aceitação da mudança e um compromisso maior com a permanência. O
455 Conselheiro Antonio Menezes Junior pediu para esclarecer que, quando se faz referência a
456 parâmetros gerais, não se pressupõe generalidade e que tudo depende do discurso do que
457 são esses parâmetros concretos. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro e antes de passar
458 ao próximo ponto de pauta, registrou a presença da Dra. Sônia Rabelo, ex-Procuradora do
459 IPHAN, militante na defesa do patrimônio do Rio de Janeiro e do Sr. Alexandre Antunes,
460 Presidente do Conselho de Usuários da Marina da Glória. O qual convidou para dirigir
461 algumas palavras. O Sr. Alexandre agradeceu à Presidenta e aos Conselheiros e enfatizou
462 que a “a Marina não tem condições de permanecer como está. Não podemos permitir que
463 as concessionárias degradem mais a Marina do que já está degradada. Nós estamos aqui
464 para ajudar, propor um novo projeto sim. Acho que o melhor Corpo Técnico para ajudar e
465 opinar para o IPHAN é o mercado náutico, o mercado de velas. Estamos á disposição para
466 que nós construamos uma Marina pública de acordo com o Projeto. Achamos o Projeto de
467 Amaro Machado é o melhor Projeto para a Marina da Glória, precisando apenas de
468 pequenas modificações.”. Concluiu, dizendo que a finalidade da Marina da Glória é ser
469 uma Marina pública que fomenta o mercado náutico e que com milhares de lojas isso
470 desvirtuaria o projeto. A Presidenta agradeceu a manifestação do Sr. Alexandre, passando
471 em seguida, ao terceiro ponto da pauta, **a proposta de Registro da festa do Senhor do**
472 **Bonfim de Salvador da Bahia** como patrimônio cultural imaterial, e concedendo a
473 palavra ao Conselheiro relator, Cícero Antônio de Almeida. O Sr. Cícero agradeceu,
474 dizendo que gostaria de ter todo o tempo do mundo para elaborar o parecer, mas apesar do
475 tempo restrito, falou da honra e do prazer de ter recebido a incumbência de apresentá-lo.
476 Distribuiu fitas do Senhor do Bonfim, enviadas por amigos que sabendo de sua relatoria

477 foram na colina sagrada buscá-las e enviá-las para ele. Considerou que o vídeo
478 apresentado, pela qualidade de sua elaboração, dispensava a apresentação da síntese
479 histórica, já que reproduzia o que havia sido elaborado pela própria Superintendência da
480 Bahia: “Tendo em vista a aplicabilidade e as ações práticas resultantes do registro e da
481 salvaguardada de bens imateriais, eu considerei duas questões, dois aspectos fundamentais,
482 de natureza ainda conceitual, preparatória. A questão da produção de conhecimento é
483 fundamental. Deseja-se um registro aprofundado e, para o que chamei de sustentabilidade
484 de uma determinada prática de sociabilidade, dois fatores são determinantes. Não é só
485 produzir o conhecimento, mas como fazer com que as práticas de sociabilidade se
486 mantenham, se sustentem e se preservem acopladas a uma autodeterminação daqueles que
487 estão envolvidos com ela, evidentemente, com a ajuda de um registro de natureza
488 imaterial. Queria ressaltar que essa produção de conhecimento, tal como se pensa nas
489 normas emanadas e na lei, foi muito bem preenchida pelo parecer, pelo relatório feito pela
490 Superintendência e, por si só, seria suficiente para uma tomada de decisão”. Fez questão de
491 ressaltar algumas questões: “Primeiro, queria lançar uma questão que acho importantíssima
492 no que eu entendo como sustentabilidade, uma sociabilidade, uma prática social, é
493 distinguir da questão do patrimônio imaterial o que eu chamei aqui a diferença entre uma
494 autenticidade quanto originalidade dessa autenticidade baseada em uma noção dinâmica,
495 que é um processo permanente, uma transformação permanente. Esse caráter de
496 autenticidade em um patrimônio imaterial é diferente de outras naturezas de patrimônio.
497 Para mim é a originalidade específica desse caso que se aplica a outros casos já declarados
498 no patrimônio imaterial. A festa do Senhor do Bonfim como eu disse, mostra essa
499 distinção clara na medida em que uma festa é originária de um culto de tradição católica,
500 mas que se deslocou simbolicamente, até liturgicamente, de um lugar de origem para um
501 lugar resultante de novas apropriações. E isso eu já havia notado no parecer do Círio e
502 então, eu entendi que essa era uma questão que se tornava fundamental nesses registros
503 dessas festas, dessas dinâmicas”. Continuando sua explanação, discorreu sobre a
504 apropriação das festas católicas pela população: “essa apropriação que muitas vezes se dá
505 mais porque existe a predominância do que eu chamei de aspectos devocionais em relação
506 aos aspectos sacramentais, é uma forma de enxergar as vantagens tiradas daquela
507 religiosidade, mas de tão devocionais elas acabam se transformando em outro lugar, e se

508 transformando em outra festa que mantém a fé original, que mantém o desejo instinto, mas
509 que transforma”. Abordou, também, o sincretismo que permeia a Festa para dizer que o
510 sincretismo precisa ser tratado de uma forma muito menos apaixonada, do sincretismo da
511 matriz católica e do candomblé e disse que “é interessante que vendo alguns estudos sobre
512 a festa do Bonfim há quem queira separá-la da festa propriamente, a novena, terminando
513 com a missa solene da lavagem das escadarias do Bonfim. O parecer do IPHAN foi claro
514 quando incluiu no roteiro da festa, não só a novena, o terno de reis, a lavagem, a missa
515 solene ou enfim, mais recentemente, a dos três pedidos, apontando que não se pode
516 trabalhar a festa do Bonfim sem a lavagem porque, por mais que nos pareça absurdo,
517 existem algumas teses, algumas teorias que apontam para essa separação como purificação.
518 Há quem critique esse sincretismo, também, porque ele tem um objetivo de estereotipar
519 uma “baianidade”, uma possibilidade, e o próprio parecer da conta desse perigo, do
520 investimento político e turístico da festa, um mito de baianidade nessa mistura não muito
521 relatada, não muito declarada”. O Conselheiro Cícero afirmou que quis fazer uma
522 comparação rápida com Ciro de Nazaré, para mostrar que o Ciro, também nessas
523 apropriações, chegou a levar a própria Igreja a temer e, inclusive, a cancelar oficialmente o
524 Ciro, mas a resistência da população a fez manter a festa. Voltando ao sincretismo
525 declarou: “ao longo algumas páginas eu falo muito sobre essa questão do sincretismo como
526 aquilo que a gente sintetiza de apropriação e resistência sem muitos mitos, sem criar
527 muitas mitologias nessas existências. A Cerimônia conhecida como Festa das Águas de
528 Oxalá, muito bem representado no livro do Reginaldo Prandi, um dos livros mais
529 importante da teologia dos Orixás escrito no Brasil, que não se sabe exatamente quando ela
530 começou. Se começou com essa a ideia da lavagem interna permitida pela igreja dos
531 devotos de São Gonçalo, pode ser uma explicação para isso. Existem alguns historiadores
532 que dizem que o próprio uso dos escravos pela igreja para lavar a festas nas vésperas de
533 uma cerimônia também pode ter trazida essa ideia, mas com o tempo ficou claro a
534 associação com um culto a oxalá e isso criou tensões, dificuldades nessa relação e talvez
535 tenha fortalecido o laço, talvez tenha internacionalizado até a ideia de lavagem como a
536 gente vai ver depois como um mito de brasilidade. Ela é feita em Nova Iorque, a lavagem
537 do “Pequeno Brasil”, na rua 46, e a lavagem das escadarias da Igreja *Sacre-Coeur*, em
538 Paris”. Citou o personagem Pedro Arcanjo do livro “Tenda dos Milagres” de Jorge Amado,
539 ateu confesso, como fonte para a explicação desses conflitos entre pessoas que por mais

540 que não tenham a convicção de coração da fé, entendem que aquela religiosidade é
541 importante para entender um traço cultural da cidade de Salvador e na Bahia. Destacou
542 uma entrevista de Amado em que se descreve como comunista, mas declarou “*olha*
543 *realmente eu continuo comunista, mas o meu comunismo me fez entender essa*
544 *manifestação em respeito à luta desse povo que vem para essa manifestação em exercício*
545 *para que ela se mantenha*”. Fez alusão ao personagem de Dias Gomes, em O Pagador de
546 Promessas, Zé do Burro que virando filme ganhou há 50 anos a “Palma de Ouro”, em
547 Cannes, para dizer como que a luta de dois campos, de duas matrizes religiosas: o Zé do
548 Burro querendo levar aquela cruz para dentro da igreja, cumprindo promessa à mãe de
549 santo que lhe disse que era a forma de curar o burro, gerando um conflito com o padre, e
550 Dias Gomes tem uma visão muito sensível e crítica dessa variedade mostrando aquele
551 conflito na porta da igreja quando o Zé do Burro permanece na escadaria que no fundo
552 sintetiza como essa construção de várias matrizes foi importante para dar um perfil que se
553 tem hoje da festa. Entre as especificidades produzidas pela Festa do Bonfim estão, segundo
554 ele, as fitas que é a medida do braço, da imagem. Era uma coisa mais elaborada no século
555 XIX com fios de prata inclusive para poucos comprarem, mas ela foi comercializada de
556 uma forma tão intensa e hoje também já estão em outras festas porque inspiradas no poder,
557 na força que tem a fita do Bonfim. Outro produto é o Hino do Bonfim tocado como se
558 fosse do estado ou do próprio país, feito por encomenda para a comissão do centenário da
559 independência e que tenta traçar a luta da independência e a fé. Finalmente, disse ter ficado
560 feliz em ver que assim como a Igreja do Bonfim é uma das primeiras tombadas pelo
561 IPHAN, pelas peculiaridades do trabalho do IPHAN em 38 é interessante imaginar como a
562 gente encontra uma fronteira dessas referências quando a gente pensa na festa do Bonfim
563 que tem aquela igreja tombada desde como um lugar, a gente vê como é interessante
564 registrar a festa do Bonfim entendendo como se fosse uma continuidade natural da
565 compreensão dinâmica do que aquela igreja com tanta festividade já representava para o
566 IPHAN em 38. Terminados os comentários iniciou a leitura do **Parecer**. “À senhora
567 Jurema de Souza Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
568 Nacional – IPHAN, à senhora Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do
569 Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, aos Senhores (as) Conselheiros (as) do Conselho
570 Consultivo do Patrimônio Cultural: Assunto: Parecer sobre o **Registro da Festa do**
571 **Senhor Bom Jesus do Bonfim como Patrimônio Cultural do Brasil** (Processo

572 01450.000828/2010-11). Tenho a honra de submeter aos membros do Conselho Consultivo
573 do Patrimônio Cultural parecer sobre o registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
574 de Salvador como Patrimônio Cultural do Brasil, atendendo à solicitação encaminhada pela
575 Diretoria do Departamento do Patrimônio Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico e
576 Artístico Nacional – IPHAN, através do Ofício nº 112/13, de 23 de abril de 2013. Para a
577 análise, recebi da Secretaria Executiva do Conselho Consultivo a cópia do Processo
578 01450.000828/2010-11, que trata do pedido de registro do referido bem cultural de
579 natureza imaterial, tendo como interessada a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim,
580 associação de direito privado, constituída de leigos católicos, que tem por objetivo
581 perpetuar o culto ao Senhor Bom Jesus do Bonfim e Nossa Senhora da Guia. A Devoção
582 foi fundada em 18 de abril de 1745, e tem atuado ao longo de mais de dois séculos como
583 zeladora e administradora da Basílica do Bonfim, além de promover anualmente a
584 festividade na Colina Sagrada, na cidade de Salvador. **1. Contexto do pedido.** Com o
585 intuito de esclarecer os membros do Conselho Consultivo – a quem cabe à decisão final
586 sobre o registro, conforme o Art. 4º, do Decreto nº 3.551 (04/08/2000), e o Art. 13, da
587 Resolução IPHAN nº 001 (03/08/2006) –, sobre o contexto processual que norteou o
588 parecer que ora se encaminha, passo a relatar os principais procedimentos que marcaram a
589 trajetória do pedido no IPHAN. Trata-se de um movimento iniciado em 2008, a partir de
590 contatos estabelecidos entre a Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, e a
591 Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, baseada tanto no desejo de preservação da
592 riqueza do patrimônio representado pelas festas populares religiosas na Bahia quanto na
593 singularidade da Festa do Bonfim na cidade de Salvador, a festividade sagrada mais
594 popular da cidade, conhecida nacional e internacionalmente. Através do Parecer Técnico nº
595 156/08, de 30/05/2008 (às fls. 62), a historiadora do IPHAN na Bahia, Ivanirce Gomes
596 Wolf, informou sobre as providências tomadas para o desenvolvimento do Projeto de
597 Inventário e Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim, após aprovação das diretrizes
598 do Plano de Ação de 2008, e sobre contato estabelecido com representantes da Devoção do
599 Senhor Bom Jesus do Bonfim. O Parecer Técnico foi enviado ao Chefe da Divisão
600 Técnica, Sr. Bruno Tavares, com vistas ao seu encaminhamento à Gerência de Registro do
601 DPI, para apreciação e providências cabíveis. A Devoção encaminhou à Presidência do
602 IPHAN, através de correspondência nº 066/08 (sem data declarada, à fl. 1) uma solicitação
603 de registro, assinada pelo Juiz-Presidente da Devoção, Sr. Flodoardo Caldas Medeiros de

604 Azevedo, intitulado “Solicitação de Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
605 como Bem Cultural de Natureza Imaterial do Brasil”. O documento contém justificativa,
606 informações históricas, fontes documentais, além do estatuto da associação e de uma
607 solicitação assinada por mais de 200 devotos estatutários. Técnicos do IPHAN e
608 profissionais contratados iniciaram uma pesquisa visando prospectar informações e
609 documentar a Festa do Bonfim, com o objetivo de compor o dossiê para o registro. Um
610 primeiro Processo foi aberto formalmente em 23 de julho de 2009, de nº
611 01502.001405/2008-32 pela Superintendência do IPHAN/BA, sendo o mesmo cancelado, a
612 fim de que se ajustasse ao rito processual indicado para o caso, ou seja, abertura na sede do
613 IPHAN, sendo o Processo definitivo aberto em 5 de maio de 2010, pelo Departamento de
614 Patrimônio Imaterial. Segundo informação contida na publicação “Festa do Bonfim – A
615 maior manifestação religiosa popular da Bahia”, anexada ao Processo, a pesquisa visando à
616 composição do dossiê se estendeu de janeiro de 2009 a setembro de 2011. Ao longo deste
617 período, além das consultas aos principais arquivos ligados ao tema e à produção existente
618 sobre a Festa, foram realizados entrevistas e estudos a partir da observação direta,
619 especialmente nos anos de 2009 e 2010. Através da Nota Técnica nº 23/2012, de 23 de
620 julho de 2012, da Coordenação Geral de Identificação e Registro do DPI/IPHAN, o pedido
621 de registro foi encaminhado para a análise da Câmara do Patrimônio Imaterial, que o
622 examinou em reunião no dia 30 de julho de 2012. Segundo indica a Ata da 20ª Reunião da
623 Câmara Técnica, aquela instância declarou “indubitável a pertinência do pedido, devendo
624 haver apenas uma análise conclusiva do processo, para que se deve solicitar o envio do
625 Processo para conclusão da avaliação do DPI”. Como decorrência, a instrução final do
626 Processo foi encaminhada à Presidência do IPHAN em 21 de setembro de 2012
627 (Memorando nº 0701/12-IPHAN/BA), pelo Superintendente do IPHAN na Bahia, Sr.
628 Carlos A. Amorim, em conformidade como o Decreto nº 3.551/2000 e a Resolução IPHAN
629 nº 001/2006. O documento foi constituído na forma de um relatório, contendo a descrição
630 detalhada do bem (a Festa do Nosso Senhor do Bonfim), acompanhada da documentação
631 de suporte, indicando uma análise dos riscos que ameaçam a festividade e propostas de
632 ações de salvaguarda. Com base no relatório, foi produzida uma Nota Técnica (nº
633 008/2013), em 22 de abril de 2013, pela Coordenadora de Registro/DPI, Sra. Claudia
634 Marina Vasques, que concluiu favoravelmente pela inscrição da Festa do Senhor Bom
635 Jesus do Bonfim no Livro de Registro das Celebrações, sendo estes dois documentos a

636 base do presente parecer. **2. Síntese da Festa do Senhor do Bonfim.** A Festa do Nosso
637 Senhor do Bonfim é composta por um ciclo de celebrações que se estende por onze dias, a
638 partir do Dia de Reis (6 de janeiro), assim ordenado: a Novena, a Lavagem das Escadarias
639 da Igreja do Bonfim, apresentação dos Ternos de Reis, a Missa Solene e, mais
640 recentemente, a Procissão dos Três Pedidos. O Relatório também citou a Segunda-feira na
641 Ribeira, uma espécie de prolongamento das festividades, que perdeu, com o passar do
642 tempo, os vínculos com a Festa do Senhor do Bonfim. A Novena se inicia após o Dia de
643 Reis, programada para terminar no sábado, véspera do dia do Senhor do Bonfim. Durante
644 os nove dias, são realizadas na Basílica do Bonfim as rezas do novenário, a cargo da
645 Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Esta é a manifestação mais antiga do ciclo de
646 festejos do Bonfim. O núcleo original da Igreja do Bonfim foi inaugurado em 1754,
647 situado em posição estratégica na cidade, na península de Itapagipe. A Lavagem do
648 Bonfim é realizada sempre na segunda quinta-feira após o Dia de Reis, anterior ao dia do
649 Senhor do Bonfim. O cortejo que culmina com a lavagem das escadarias da Igreja do
650 Bonfim tem início na Igreja da Conceição da Praia, de onde partem as “baianas” –
651 mulheres vestidas de indumentária tradicionalmente utilizada nos terreiros de Candomblé –
652 , que carregam sobre a cabeça potes de cerâmica, iguais aos modelos usados em
653 residências no século XIX para guardar água de beber. Esses potes, utilizados em rituais do
654 candomblé para guardar conteúdos sagrados, chamam-se “quartinhas”, e levam a água de
655 cheiro para a lavagem das escadarias. O Cortejo é acompanhado por distintos grupos,
656 como os seguidores da Umbanda e do Candomblé, dentre outros, e se desloca por cerca de
657 oito quilômetros até a Colina Sagrada, passando por diversos bairros da cidade, desde a
658 zona portuária até a península de Itapagipe. Trata-se de cerimônia mais popular da Festa do
659 Bonfim, que mobiliza o maior quantitativo de pessoas. A cerimônia propriamente dita da
660 lavagem das escadarias ocorre antes mesmo da chegada do Cortejo à Colina, quando as
661 baianas tomam conta do trecho correspondente à praça, ao adro e às escadarias da Igreja. A
662 água de cheiro armazenada nas quartinhas é despejada sobre as escadarias, que são
663 imediatamente varridas, e alguns fiéis que lá se encontram recebem o mesmo líquido em
664 suas cabeças, como uma benção. Como veremos mais adiante, existem diferentes versões
665 sobre a origem da cerimônia de lavagem. A apresentação dos Ternos de Reis, ou Folia de
666 Reis, acontece na véspera do dia do Bonfim. Comumente apresentado na véspera do Dia de
667 Reis, no caso da Festa do Bonfim os Ternos acontecem no sábado à noite, após o último

668 dia da novena. Outro dado peculiar do Terno de Reis nos festejos do Bonfim é sua
669 apresentação em três alas de dançarinas: as baianinhas, as ciganinhas e as pastorinhas. O
670 final dos onze dias de festividades é marcado pela Missa Solene do dia do Senhor do
671 Bonfim, que conta com a presença de autoridades políticas e eclesiásticas. A presença de
672 representantes da classe política sempre marcou o festejo do Bonfim, seja no cortejo da
673 lavagem ou na missa final. Segundo a instrução encaminhada pela Superintendência do
674 IPHAN na Bahia, desde 2009 é realizada uma procissão chamada de “Três Pedidos”, uma
675 alusão ao costume dos fiéis de fazerem os três pedidos no momento de amarrar a fita do
676 Bonfim no pulso ou no gradil da Igreja. Esta procissão é composta por andores do Senhor
677 do Bonfim, Nossa Senhora da Guia, São Cosme e São Damião, além de outros santos
678 trazidos de paróquias vizinhas, e tem início na capela do Hospital de Irmã Dulce. Ao
679 chegar à colina, o cortejo dá três voltas em torno da praça, antes da celebração de uma
680 missa campal. Trata-se de um esforço de ampliação da fé católica no contexto das
681 festividades. **3. Origens e continuidade histórica da Festa do Bonfim.** A devoção ao
682 Cristo Crucificado, ou Senhor do Bonfim (Bom-Fim, na grafia original), popularizou-se
683 por sua associação aos moribundos, desejosos de um “bom fim”, ou de uma “boa morte”.
684 Trata-se de uma devoção que remonta ao final do período medieval, e encontrou em
685 Portugal uma boa acolhida no período das navegações, devido às incertezas sobre o destino
686 dos navegantes durante as travessias. O culto ao Senhor do Bonfim em Salvador começou
687 com a chegada do Capitão português Theodósio Rodrigues de Faria (ou Theodósio Ruiz de
688 Faria), em 1740, que trouxe de Lisboa uma imagem, semelhante a que se venerava em
689 Setúbal, sua cidade natal, que ficou guardada na Igreja da Penha, na Cidade Baixa.
690 Juntamente com outros portugueses, fundou uma Irmandade, chamada Devoção de Nosso
691 Senhor do Bonfim, em 1745. No ano seguinte, foi iniciada a construção da igreja, que
692 ficou pronta em 1754, quando a imagem foi definitivamente instalada em seu altar-mor,
693 juntamente com a imagem de Nossa Senhora da Guia. Vale aqui destacar que a irmandade
694 da Devoção é a responsável pelo culto ao Senhor do Bonfim antes mesmo da construção da
695 igreja, e teve papel fundamental ao longo desses anos na propagação desse culto. O local
696 onde se encontra a Igreja do Bonfim também apresenta características singulares. A razão
697 da sua escolha se deve à beleza do sítio e à sua disposição topográfica, uma colina, ou Alto
698 de Monte Serrat. Após a construção da Igreja, a colina passou a ser chamada de Alto do
699 Bonfim, Colina do Bonfim ou Colina Sagrada. As primeiras casas de romeiros começaram

700 a ser construídas logo após o início das obras da igreja. A igreja sofreu várias
701 remodelações até a forma atual, finalizada com a colocação dos azulejos portugueses na
702 fachada, em 1873. Em seu interior destacam-se os trabalhos do pintor baiano Antonio
703 Joaquim Franco Velasco, realizados em 1818. Sobre a cerimônia de lavagem das
704 escadarias, não é possível afirmar quando aconteceu pela primeira vez, nem a exata
705 explicação de sua origem ritual. Algumas hipóteses sustentam que teria sido consequência
706 de uma promessa de um ex-combatente da Guerra do Paraguai; outras afirmam que foi a
707 partir do início à devoção de São Gonçalo, quando sua imagem foi levada ao interior da
708 Igreja por devotas – ainda no início do século XIX – que cuidavam dos ornamentos
709 durante as festas do Senhor do Bonfim ou de São Gonçalo, e lavavam o interior da igreja.
710 Alguns autores sustentam, no entanto, que a Lavagem teve início logo após o término da
711 construção da Igreja, quando escravos eram obrigados pela Irmandade a lavar o templo
712 como parte dos preparativos para a festa do Senhor do Bonfim. Sobre a origem da lavagem
713 ligada à devoção de São Gonçalo, é sabido que, durante as festas, era promovido um
714 ritual, onde as mulheres que almejavam fertilidade dançavam ao redor da imagem do
715 santo, razão que levou o arcebispo da Bahia, em 1837, a editar uma portaria contendo
716 duras críticas à iniciativa. Aos poucos, a Devoção do Senhor do Bonfim foi retomando a
717 organização dos festejos de São Gonçalo, considerados pelo arcebispo como “*indecentes e*
718 *ridículos*”, e afastando do templo as iniciativas “*estranhas*” ao culto católico tradicional.
719 Vale destacar a que a tradição de lavagem ritual, como símbolo de purificação, é muito
720 comum em diversas culturas e regiões do planeta, podendo ter chegado à Bahia a partir de
721 costumes da Europa Ocidental. No entanto, é bastante plausível que o ritual da lavagem do
722 Bonfim seja, desde sua origem, decorrência direta de sua associação aos ritos africanos em
723 homenagem a Oxalá. O fato é que, em 1889, o arcebispo Dom Antônio Luís dos Santos
724 publicou uma portaria proibindo as lavagens das igrejas de Salvador em dia de festa em
725 homenagem aos santos, que contou com o apoio das autoridades civis, especialmente a
726 Polícia. É interessante observar o texto de uma carta do Arcebispo ao padre responsável
727 pela Igreja de Nossa Senhora da Penha. Ao tratar da lavagem, dizia: “*quanto ao asseio do*
728 *templo para a festa, que seja feito muito particularmente em outro qualquer dia, de portas*
729 *fechadas, sem o menor sinal de festa ou cantoria, e com toda a decência compatível com a*
730 *Casa de Deus*” (às fls. 131). Com a proibição, uma inesperada reação surgiu por parte das
731 mulheres que costumavam realizar a lavagem no interior: iniciava-se, assim, o costume de

732 lavar o adro e as escadarias da Igreja. Ao longo dos primeiros anos do século XX a
733 cerimônia de lavagem, com o uso de vassouras, flores e água de cheiro, foi se firmando na
734 fé popular, o que tornou a quinta-feira, paradoxalmente, o dia de maior destaque na Festa
735 do Bonfim. Ainda no dossiê podemos encontrar diversos relatos sobre a festa, como o do
736 naturalista austríaco Maximiliano de Habsburgo (1860), passando pelo etnólogo Edison
737 Carneiro (1945) e pela antropóloga norte-americana Ruth Landes (1947), dentre outros,
738 que nos permitem desvendar a evolução da Festa até nossos dias, demonstrando suas
739 permanências e rupturas. As fotografias de Pierre Verger e Voltaire Fraga, além das
740 pinturas de Carybé, contribuíram para a construção de uma extensa galeria de registros
741 visuais da Festa, tornando-se, em alguns casos, emblemas do significado do Bonfim para a
742 cultura da cidade de Salvador e da Bahia. Naturalmente a Festa recebeu novos elementos e
743 significados com o passar dos anos, assim como ocorre em tantas outras manifestações de
744 caráter religioso ou civil. O dossiê busca assinalar, de forma detalhada, com grande base
745 documental, as principais incorporações e apropriações que vêm ocorrendo no passado
746 recente da Festa, em função das mudanças de hábitos na cidade, das interferências
747 políticas, das restrições urbanísticas, do impacto turístico, dentre outras. Tais descrições
748 permitem o conhecimento minucioso do modus operandi da Festa, como a indumentária, a
749 culinária, e as músicas, questões essenciais para a efetivação do Registro, de acordo com o
750 que postula a legislação sobre os bens culturais de natureza imaterial. Dentre os fatores que
751 deflagraram mudanças expressivas na Festa, especialmente no dia da Lavagem das
752 Escadarias, podemos destacar a participação dos trios elétricos, a partir dos anos de 1970,
753 no perímetro de origem do cortejo, nas imediações da Feira de São Joaquim. Em 1998 os
754 trios foram retirados do Cortejo sob diversas alegações, geralmente baseadas nos
755 transtornos gerados pela aglomeração de pessoas ao seu redor. Há que se considerar que o
756 Cortejo se desloca por diversos bairros, e que a população na cidade, como em muitas
757 outras capitais do país, aumentou de forma considerável a partir dos anos de 1950. Depois
758 da retirada dos trios começaram a surgir comemorações musicais paralelas como o Bonfim
759 Light promovido por empresas ligadas ao carnaval na cidade, que ocorre próximo à Igreja
760 de Nossa Senhora da Conceição da Praia, e a Enxaguada do Bonfim, criada pelo músico
761 Carlinhos Brown, no bairro do Comércio. Por outro lado, observa-se que aspectos do
762 Cortejo já consagrados, como a participação de jegues (que no século XIX levavam tonéis
763 cheios para lavar a Igreja), foi contestada por membros de organizações não

764 governamentais e sociedades protetoras dos animais. Alegavam esses grupos, que os
765 animais eram submetidos a uma longa caminhada em período de grande calor, situação
766 agravada pelo estresse provocado pelo barulho e pela quantidade de pessoas
767 acompanhando o Cortejo. Dentre as principais modificações na Festa do Senhor do
768 Bonfim, já citadas anteriormente, destacam-se as ocorridas em 2009, com a realização da
769 primeira Procissão dos Três Pedidos no Domingo de encerramento das atividades.
770 Também a apropriação política da Festa, através da constante interferência do Poder
771 Público na sua organização e divulgação, foi comentada no referido dossiê, como forma de
772 associar o nome de políticos locais à fé religiosa, de grande alcance popular, e de estimular
773 o turismo. As mesmas influências de matriz africana que incomodaram os homens públicos
774 e autoridades eclesiásticas no século XIX passaram a ser o elemento de principal apelo
775 simbólico da Festa a partir do final dos anos de 1970. A parte final do dossiê é dedicada à
776 avaliação e análise dos riscos da Festa do Bonfim, em atendimento à alínea VI, do Art. 9,
777 da Resolução IPHAN 001/2006. De uma forma geral, o dossiê destaca que a Festa foi
778 gradativamente se tornando um evento massificado, seja como decorrência natural do
779 aumento populacional da cidade, seja pelo uso político da manifestação ou, mais
780 recentemente, pelo uso comercial. Contudo, a força do seu sentido original, ou seja, de
781 homenagear o Senhor do Bonfim – ou Oxalá, para os seguidores do Candomblé – está
782 mantida, acrescida de alguns novos elementos rituais, e de um número maior de
783 seguidores. Este caráter de permanência de sentido é considerado no dossiê como um
784 índice de que a festa não corre risco de desaparecimento, ainda que algumas ações de
785 salvaguarda sejam indicadas, como o estímulo à participação do Terno de Reis, apoio às
786 baianas e manutenção da tradição do cortejo de jegues. Finalizando, o dossiê propõe que
787 seja organizado um fórum, que reúna representantes de todos os seguimentos que
788 participam de sua gestão e organização – Irmandade e representantes da Igreja, Terno de
789 Reis, grupos de samba de roda, federações e associações que reúnem casas de culto afro-
790 brasileiro, capoeiristas, ambulantes, dentre outros – para uma reflexão conjunta, com o
791 objetivo de formular políticas de salvaguarda. **4. Parecer.** Tendo em vista a aplicabilidade
792 e as ações práticas resultantes do registro e da salvaguarda de bens de natureza imaterial, é
793 preciso considerar alguns aspectos. De forma sintética, gostaria de enfatizar a importância
794 da produção de conhecimento e de documentação sobre o bem que se deseja registrar, e o
795 apoio às condições sociais e materiais que permitam a sustentabilidade de uma



796 determinada prática de sociabilidade, que inclua a sensibilização e o engajamento das
797 populações beneficiárias, que podem, inclusive, usufruir de benefícios econômicos
798 oriundos dessas atividades. Não é uma tarefa simples, mas é o desafio implícito aos
799 registros do chamado patrimônio imaterial. Vale, inicialmente, ressaltar que tanto a questão
800 da produção de conhecimento quanto o entendimento das diversas variáveis sociais da
801 festa estão amplamente sustentadas na instrução final do processo. Foram plenamente
802 atendidas as questões presentes na legislação vigente, em especial às normas emanadas
803 pela Resolução nº 001 (03/08/2006), que em seu Art. 9 determina que a produção de
804 conhecimento contenha, dentre outros elementos, a descrição pormenorizada do bem,
805 referências à formação e continuidade histórica, referências bibliográficas e documentais
806 pertinentes, análise de riscos e ações de salvaguarda. Na condição de conselheiro-
807 parecerista considero que os argumentos necessários à decisão do Conselho do Patrimônio
808 estão devidamente descritos no extenso e cuidadoso estudo produzido pelos proponentes e
809 são suficientes para a tomada de decisão. Gostaria, no entanto, de fortalecer alguns
810 aspectos que considero relevantes no conjunto de justificativas e argumentos que embasam
811 a ideia de registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim, de Salvador, como contribuição à
812 reflexão do Conselho Consultivo. A complexa tarefa de registrar um patrimônio de
813 natureza imaterial reside, muitas vezes – especialmente quando se trata de festas que
814 marcam a vivência coletiva – em considerar uma distinção entre a ideia de autenticidade
815 enquanto originalidade, de uma autenticidade baseada numa noção dinâmica, que
816 compreende uma permanente transformação, construída ao longo de um processo histórico
817 específico. No caso da Festa do Senhor do Bonfim, em Salvador, torna-se clara esta
818 distinção, na medida em que a Festa, originada no culto de tradição católica, foi se
819 “deslocando” simbolicamente, e mesmo liturgicamente, do lugar de origem para um lugar
820 resultante de novas apropriações, exatamente onde reside sua singularidade nos dias atuais.
821 Esta não é uma característica exclusiva da Festa do Senhor do Bonfim em Salvador. Outras
822 festas religiosas no Brasil também retratam esta dinâmica relação estabelecida entre uma
823 festividade de origem tradicional católica e as formas de apropriação das populações
824 locais, o chamado de “catolicismo tradicional popular”. Em alguns casos, esse chamado
825 catolicismo popular surge de uma priorização dos aspectos devocionais, que dizem mais
826 respeito à vida cotidiana dos fiéis, frente aos aspectos puramente sacramentais. Entretanto,
827 no caso do Senhor do Bonfim, as apropriações populares extrapolam a simples hegemonia



828 dos aspectos devocionais; aqui surge o fenômeno do sincretismo entre o culto de matriz
829 católica e o culto de matriz africana, que mobiliza adeptos de crenças diferentes, mas
830 irmanados no princípio da fé, simbolizado especialmente na cerimônia de lavagem das
831 escadarias da Igreja do Bonfim. Sem dúvida, este processo histórico específico acabou por
832 transformar a Festa do Bonfim na mais importante manifestação religiosa da Bahia, com
833 repercussão em todo o país, e mesmo fora dele, e que mobiliza um grande contingente
834 populacional. Existem posições divergentes sobre o papel do sincretismo na Festa do
835 Bonfim. Alguns autores que se dedicaram ao seu estudo procuram separar a Festa do
836 Senhor do Bonfim ocorrida durante a Novena, e que termina com a Missa Solene, de
837 caráter eminentemente católico, da cerimônia de lavagem das escadarias, nitidamente
838 voltada à devoção de Oxalá, para os seguidores do Candomblé. Esta posição, no entanto,
839 não foi a seguida pelo dossiê apresentado pelos especialistas do IPHAN, pois que no
840 percurso descritivo da Festa estão incluídas tanto a novena e missa solene quanto a
841 lavagem das escadarias. Reitero a pertinência e a clarividência da escolha dos especialistas
842 do IPHAN. Também sobre o valor do sincretismo na Festa, outras posições alertam para o
843 perigo dos estereótipos criados com o objetivo de fundar uma “baianidade”, com interesses
844 estritamente políticos e turísticos. São pontos sensíveis, que não devem ser descartados na
845 análise preliminar visando o registro do bem em questão, mas que determinam,
846 paradoxalmente, o caráter peculiar do evento. Pelo lado da Igreja, as alterações na Festa
847 iniciadas em 2009 demonstram a intenção de reconhecer a pluralidade da vivência religiosa
848 da celebração. Neste ano, o Padre Edson conduziu a imagem do Senhor do Bonfim até uma
849 das janelas da Igreja para abençoar os participantes da festa. Segundo o Relatório do
850 IPHAN “o ato foi uma tentativa de minimizar os efeitos da proibição do final do século
851 XIX”. Sob a ótica do catolicismo tradicional popular podemos fazer algumas comparações
852 entre a Festa do Bonfim com outra festa religiosa registrada como patrimônio de natureza
853 imaterial, o Círio de Nazaré. Ambas têm sua origem na devoção trazida pelos
854 colonizadores portugueses, no século XVIII, e viveram momentos de tensão entre a forma
855 de culto eclesiástico tradicional e a popular. A Igreja, nos primeiros séculos da
856 colonização, incentivou diversas formas de devoção, no interesse evidente de ampliar os
857 domínios da fé católica, ao mesmo tempo em que se preocupava em estabelecer um maior
858 controle sobre os chamados “desvios”, ou “abusos” praticados pela população. No caso do
859 Círio, as autoridades eclesiásticas demonstraram preocupação com a intensa demonstração

860 de fé que homens e mulheres – juntos, e não separados – praticavam ao redor do andor da
861 Imagem de Nossa Senhora de Nazaré, considerada inadequada. No caso da Festa do
862 Bonfim, como comentado anteriormente, um dos primeiros exemplos de tensão ocorreu
863 ainda na primeira metade do século XIX, demonstrado pelas críticas do Arcebispo da
864 Bahia em relação às danças das devotas de São Gonçalo, cuja evolução no interior do
865 templo sagrado era considerada “*indecente*” e “*ridícula*”. Em relação ao Círio, a própria
866 cerimônia chegou a ser cancelada pelo clero, em fins do século XIX, sob a alegação de
867 “representações indecorosas”, o que levou a população a organizar por conta própria a
868 festa, os chamados “Círios Civis”. (1) (1 cf. LIMA, Maria Dorotéa de & MAUÉS,
869 Raymundo Herald. *Reflexões a propósito do registro do Círio de Nazaré como*
870 *patrimônio de cultura imaterial. In: Registro e políticas públicas de salvaguarda para as*
871 *culturas populares. Organização de Andréa Falcão. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP,*
872 *2008. p. 32). No último quartel do século XIX a maior preocupação da Igreja baiana*
873 *passou a se concentrar na participação de membros das religiões de matriz africana, através*
874 *da devoção a Oxalá, a partir de sua correspondência sincrética com o Senhor do Bonfim. É*
875 *interessante ressaltar que, a partir das tensões estabelecidas entre a fé popular e a*
876 *tradicional, surgiram cenários complexos, onde estão presentes vários ingredientes, que*
877 *revelam conflitos entre Igreja, os poderes políticos locais – nem sempre em comum acordo*
878 *- e a população devota, que se apropria de modo particular do evento religioso*
879 *transformando-o constantemente. A questão do sincretismo religioso no Brasil, mesmo*
880 *corrente, ainda desperta estranhamentos. Basta lembrar a posição do Papa Bento XVI,*
881 *expressa em 2010, quando de sua visita ao Brasil, sobre o que chamou de “fantasias” na*
882 *Eucaristia. Segundo noticiou o Estado de São Paulo, na edição de 15 de abril de 2010,*
883 *Bento XVI alertou os bispos brasileiros sobre “tudo o que possa ofuscar o ponto mais*
884 *original da fé católica”, uma advertência para os riscos do sincretismo. O Vaticano rejeita*
885 *que sejam introduzidos ritos tomados de outras religiões ou particularismos culturais na*
886 *celebração das missas. Aqui começa a singularidade – e não necessariamente a*
887 *exclusividade – da cerimônia de lavagem das escadarias, parte integrante da Festa. Se não*
888 *podemos afirmar que desde as primeiras cerimônias de lavagem, dentro ou fora da igreja, a*
889 *associação ao culto de Oxalá – criador do mundo e dos homens, pai de todos os orixás –*
890 *estivesse presente, o fato é que este princípio foi se afirmando com o passar do tempo,*
891 *como ato de apropriação e de resistência. A associação parte da cerimônia conhecida por*

892 “Águas de Oxalá”, que se refere ao banho de Oxalufã – o Oxalá velho – após a saída do
893 cárcere (2) (2) PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das
894 Letras, 2001. Vale lembrar que outras festas religiosas no Brasil também apresentam o
895 princípio do sincretismo entre matriz católica e africana como, por exemplo, a Festa de São
896 Jorge na cidade do Rio de Janeiro, que ocorre no dia 23 de abril. A imagem de São Jorge é
897 venerada pelos adeptos da Umbanda e do Candomblé como uma referência ao orixá Ogum.
898 Como dito anteriormente, não podemos tratar de maneira reducionista a questão do
899 sincretismo religioso. Trata-se de um fenômeno complexo, estudado muitas vezes sob o
900 signo das paixões. Basta lembrar uma explicação-síntese do sociólogo francês Roger
901 Bastide, que se dedicou ao estudo das religiões de origem africana no Brasil: “*O espírito*
902 *não pode viver fora da matéria e, se essa lhe falta, ele faz uma nova*”. (3) (3) BASTIDE,
903 Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971. pg. 32. Segundo indica
904 o Relatório, a manutenção da mescla de matrizes religiosas distintas na mesma festa tem
905 sido questionada por grupos de defesa das práticas culturais de cunho afrodescendente,
906 como uma espécie de busca de purificação das tradições de origem africana. No entanto, o
907 desejo de participar da Festa do Bonfim se mantém inabalável entre os adeptos do
908 Candomblé. Mas não devemos ignorar a forma como o sincretismo revela a luta e a
909 resistência dos grupos que se viram despidos de seu lugar geográfico e simbólico. Portanto,
910 a originalidade da festa não está no “retorno à origem”, e sim na criação de uma forma
911 original de convívio social, apesar das profundas desigualdades e formas de repressão. É
912 verificável também, no caso da Festa do Bonfim, mudanças nas formas de intervenção e de
913 controle das autoridades laicas, que refletiram níveis de alianças estratégicas conjunturais.
914 Enquanto no regime do padroado os interesses das autoridades eclesiásticas e civis se
915 comungavam, após a República esta situação foi gradativamente se alterando. Como visto
916 no dossiê de registro, a associação do nome de políticos locais com a fé religiosa foi
917 aumentando bastante a partir dos anos de 1970, levando, como decorrência, à criação de
918 estereótipos da festa, com a intenção de construir uma espécie de “baianidade” como
919 matriz de reconhecimento puramente turístico. Desde o início do ritual da lavagem ficou
920 claro para a Igreja o princípio do sincretismo, origem de um incômodo registrado em
921 várias descrições, e que levou à sua proibição. Diversos argumentos foram lançados contra
922 o ritual (presentes no relatório), desde o acúmulo do “povo ignorante” na Igreja (como se
923 referiu Maximiliano de Habsburgo em 1860) até a falta de compostura das mulheres, seja

924 no trajar ou no cantar, mas parecendo “uma verdadeira bacanal” segundo José Eduardo de
925 Carvalho Filho, nos anos de 1920. Numa mesma festa podemos encontrar diferentes
926 perspectivas religiosas, nem sempre harmoniosas, onde se reproduziu o princípio de
927 subjugação característico de uma sociedade escravocrata e bastante hierárquica, base para
928 se entender a formação da sociedade brasileira atual. Enquanto alguns sobem a colina para
929 reverenciar o Jesus Crucificado, culto de matriz católica e ibérica, outros rendem
930 homenagem a Oxalá. Estigmatizar este convívio, como se estivéssemos retornando ao mito
931 da cordialidade brasileira, não dá conta de toda a sua complexidade. Mas a questão das
932 contradições da sociedade soteropolitana, explicitadas no conflito entre uma cultura
933 eurocêntrica e uma cultura dita popular, baseada nas tradições africanas tanto no terreno
934 religioso quanto social, construiu um rico tecido de relações sociais, que traduz mitos e
935 conflitos da própria sociedade brasileira. Os reflexos dessas relações oriundas do conflito
936 entre o erudito e o popular, sinteticamente falando, proporcionaram a criação de um
937 imaginário próprio, reproduzido nas diversas expressões culturais, especialmente na
938 literatura e na música. Aqui vale lembrar, da extensa galeria construída por Jorge Amado, o
939 personagem Pedro Arcanjo, do romance *Tenda dos Milagres*, publicado em 1969. Arcanjo,
940 um mestiço de origem pobre, começa a estudar os traços de herança africana nos hábitos
941 locais, alçando o posto de crítico do racismo e de todas as formas de repressão contra as
942 religiões afrodescendentes. Suas posições, expressas em livros, causam mal-estar na elite
943 local, e passam a ser ignoradas, até que um cientista estrangeiro chega à cidade para
944 conhecer de perto seu trabalho. Do anonimato, Pedro Arcanjo passa a ser objeto de
945 interesse e estudo. O romance de Jorge Amado mostra uma Salvador que atravessa o
946 período de modernização decorrente da ideia de progresso pós-republicana, alavancada
947 pelo desenvolvimento de indústrias e melhorias urbanas. Nesse contexto, costura-se um
948 novo projeto nacional, onde o tipo ideal de nova sociedade emergiria de um
949 “branqueamento” das raças existentes no país. As práticas cultuadas nos terreiros de
950 Candomblé passam a ser perseguidas, o que provocou uma reação de base popular que tinha
951 na figura de Arcanjo um verdadeiro defensor, um “Rábula do povo”. Para Arcanjo, o tipo
952 ideal brasileiro deveria ser mestiço, pois representava o sincretismo das etnias e das
953 crenças que marcaram o povoamento do país após a chegada dos primeiros europeus.
954 Outro personagem nascido dos mesmos conflitos da velha Salvador é Zé do Burro, do
955 drama “O Pagador de Promessas”, criado pelo escritor soteropolitano Dias Gomes para o

956 teatro. Levado para o cinema, o filme recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes,
957 França, como melhor longa-metragem. Zé do Burro é um homem humilde, que possui um
958 pequeno terreno no nordeste brasileiro, e conta com ajuda inestimável de seu burro, a quem
959 se afeiçoa. Quando este adocece, busca num terreiro de Candomblé a ajuda para sua cura.
960 Ao encontrar a “Mãe de Santo” faz uma promessa: caso o burro se recupere, dividiria sua
961 terra entre os pobres e carregaria uma cruz desde sua terra até Salvador, como que
962 cumprindo o calvário de Jesus, que seria oferecida ao padre. Recuperado o burro, inicia sua
963 saga. Após entender a razão “pagã” da promessa, o padre se recusa a receber no interior da
964 igreja a cruz de Zé do Burro. Aproveitando sua ingenuidade, praticantes de Candomblé
965 passam a usá-lo como uma espécie de líder contra a discriminação, especialmente a
966 exercida pela Igreja Católica, ou líder das causas sociais, ao prometer dividir suas terras
967 com o povo. Após intervenção da polícia, chamada para prevenir os distúrbios, Zé do
968 Burro acaba assassinado em um confronto violento entre policiais e manifestantes. O
969 personagem, já ferido mortalmente, é colocado sobre a cruz, carregado por um grupo de
970 capoeiristas e levado ao interior da igreja. A força da Festa do Bonfim produziu um dos
971 símbolos de fé mais conhecidos no país, que é a “Medida”, ou Fita do Bonfim. Sua origem
972 está ligada ao desejo dos fiéis de levar para casa lembranças do Senhor do Bonfim, com a
973 intenção de receber seus milagres. Daí surge às chamadas “medidas”, fitas de pano
974 confeccionadas inicialmente por pintores profissionais, cujo comprimento correspondia à
975 medida do braço direito da imagem (47 cm). Este costume, restrito em seus primeiros
976 momentos a quem poderia arcar com os custos de confecção de fitas de seda ou algodão,
977 bordadas a mão com fios dourados ou prateados, acabou sendo bastante difundido quando
978 passou a ser fabricado em escala industrial, com peças de poliéster. A fita do Bonfim é
979 hoje, sem dúvida, um dos grandes símbolos da fé soteropolitana, e usada no punho dos
980 fiéis, com nós que correspondem ao número de pedidos (normalmente três) que se deseja
981 alcançar. Também é costume amarrar as fitas nas grades da Igreja. Outro símbolo da festa,
982 de grande força no Estado da Bahia, é o Hino do Bonfim, composto por ocasião das
983 comemorações do centenário da Independência na Bahia. Em diversas ocasiões e
984 festividades, o Hino do Bonfim é tocado como se fosse o próprio Hino do Estado, tamanha
985 a força expressiva da letra e sua relação com a religiosidade praticada no Estado. Faz
986 referência à luta pela Independência e à força simbólica da colina onde se encontra a Igreja
987 do Bonfim (*“Glória a ti nessa altura sagrada, és o eterno farol, és o guia (...) sentinela*

988 *avançada*”). A força simbólica da festa extrapolou o território nacional para representar um
989 sentimento de pertencimento e brasilidade no exterior. Desde 1998 existe uma “Lavagem
990 do Bonfim” em Paris; num primeiro momento na igreja do *Sacré Coeur*, e depois na
991 *Madeleine*. A cerimônia é bastante prestigiada pelos brasileiros que vivem na capital
992 francesa, alguns vestidos de branco, carregando rodos, vassouras e água de cheiro
993 (conhecida também como Lavagem da *Madeleine*). Também em New York ocorre
994 anualmente, desde 2007, uma cerimônia de Lavagem, na Rua 46, conhecida como Little
995 Brasil, no conjunto das festividades da Independência (Sete de setembro). Gostaria,
996 finalmente, de destacar outro aspecto, que fala em especial da trajetória das políticas
997 públicas de proteção do patrimônio cultural no Brasil. O registro da Festa do Senhor do
998 Bonfim significa uma visão de complementaridade entre dois instrumentos referenciais de
999 acautelamento legal. A Igreja do Bonfim foi um dos primeiros bens tombados pelo
1000 IPHAN, em 17 de junho de 1938, registrado no Livro de Belas Artes, com número de
1001 inscrição 131, e número de processo 0122-T-38. Vista sob a ótica protecionista do início
1002 das atividades do IPHAN, a Igreja encarnava o ideal de preservação vigente, onde o objeto
1003 construído, marcado pela singularidade das talhas, pinturas, imagens, planta e fachada,
1004 tinha fim em si mesmo, independente da dinâmica social que o envolvia. A compreensão
1005 de outra dimensão de preservação, como os rituais e festas que marcam a vivência coletiva
1006 e a religiosidade, tal qual dispõe o Art. 1º do Decreto 3.551/2000, aplicada ao monumento
1007 religioso, proporciona uma compreensão global do sentido de preservar. A articulação
1008 dessas duas dimensões torna-se exemplar quando se pensa na complexa atividade de
1009 preservação das manifestações culturais, e dilui, de maneira pedagógica, a fronteira entre a
1010 matéria que se preserva e sua representação simbólica na dinâmica da vida de uma
1011 sociedade. A Igreja e a Festa do Bonfim passam a ser, agora, artefatos e *mentefatos*,
1012 lugares e ideias. Sobre as medidas de salvaguarda, no que se refere à gestão da Festa,
1013 entendo que o dossiê faz um importante indicativo, quando traduz uma insatisfação
1014 constatada entre muitos entrevistados em relação à melhoria de oferta dos transportes
1015 públicos, especialmente na quinta-feira, dia da Lavagem. Este é um desafio que merece
1016 atenção por parte das autoridades públicas do município de Salvador. Também deve ser
1017 ressaltada a pertinência da proposta de organização de um fórum com a participação de
1018 representantes de todos os seguimentos que participam da gestão e da organização da
1019 Festa, para uma reflexão conjunta sobre políticas de salvaguarda. Seria também

1020 importante, tendo em vista os desafios detectados, que a municipalidade e órgãos de defesa
1021 e proteção dos animais também fossem convidados a participar do fórum. Finalmente,
1022 podemos dizer que a Festa do Bonfim, devido à grande mobilização de participantes,
1023 católicos ou adeptos do candomblé, à sua longevidade – sem descontinuidade ou períodos
1024 de declínio – além de seu enorme significado para a cultura baiana e nacional, não corre o
1025 risco de ser extinta. No entanto, torna-se imperativo seu Registro. Apoiado, portanto, no
1026 dossiê encaminhado à Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
1027 Nacional pela Superintendência do IPHAN na Bahia em 21 de setembro de 2012
1028 (Memorando nº 0701/12-IPHAN/BA), assinado pelo Superintendente, Sr. Carlos A.
1029 Amorim, no parecer favorável da Câmara Técnica, do dia 30 de julho de 2012, e na Nota
1030 Técnica (nº 008/2013), de 22 de abril de 2013, da Coordenadora de Registro/DPI, Sra.
1031 Claudia Marina Vasques, recomendo o Registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
1032 no Livro de Registro das Celebrações, em conformidade com o Decreto nº 3.551, de 4 de
1033 agosto de 2000. Brasília, 03 de junho de 2013. Cícero Antônio F. de Almeida. O
1034 Conselheiro Roque de Barros Laraia pediu a palavra para parabenizar o conselheiro Cícero
1035 e para comentar que o fato de ser sincretismo é que leva a fazer um registro, porque o
1036 IPHAN como uma instituição do estado laico faz registro de religiões, de manifestações
1037 religiosas que são puras e o que se registra é patrimônio cultural brasileiro, sendo o
1038 sincretismo a expressão mais forte, nosso patrimônio cultural. Posicionou-se a favor do
1039 parecer do Conselheiro. Em seguida a palavra foi dada ao Conselheiro Arno Wehling que,
1040 também, parabenizou o Conselheiro pela qualidade do parecer e fez referência à equipe
1041 técnica ressaltando que nos processos por ele relatados, tanto do patrimônio material como
1042 do patrimônio imaterial, foram muito bem instruídos pela equipe técnica e, segundo ele,
1043 isso auxilia bastante os conselheiros no momento de elaboração de pareceres. A Presidenta
1044 Jurema Machado fez uma complementação ao comentário do Conselheiro Arno referente à
1045 preparação da documentação, informando do esforço do Departamento do Patrimônio
1046 Imaterial – DPI – para que o tema do patrimônio imaterial seja tratado, nas
1047 Superintendências estaduais, com a mesma intensidade do patrimônio material, com
1048 profissionais e técnicos estudiosos especializados naquelas Unidades. Segundo Jurema
1049 Machado, isso tem sido feito por meio de contratações via UNESCO e outras formas de
1050 contratação para suprir a deficiência de pessoal. Em seguida, passou a palavra ao
1051 Conselheiro Azambuja, que parabenizou o Conselheiro Cícero pelo parecer, dizendo que



1052 iluminava muita coisa e trazia muito subsídio. Fez alusão à questão da restrição aos jegues
1053 no cortejo, crendo que não é boa a ideia tirá-los da procissão, afirmando que jegues não
1054 ficam estressados a toa e, sobretudo, não ficam estressados em procissões, em festas com
1055 boas músicas, achando um excesso de zelo, devendo se cuidar que eles se alimentem bem,
1056 mas não tirar. Terminado os comentários, a Presidenta iniciou o processo de votação, tendo
1057 os conselheiros se manifestado de maneira unânime pelo **Registro da Festa do Senhor**
1058 **Bom Jesus do Bonfim no Livro de Registro das Celebrações**. Antes de encerrar a seção
1059 da manhã, a Presidenta colocou em votação a Ata da 71ª Reunião do Conselho Consultivo
1060 dada a conhecer, anteriormente, a todos os conselheiros, e como não havendo nenhuma
1061 observação, a considerou aprovada e a fez circular para colher as assinaturas. Com isso
1062 encerrou a reunião e convocou os presentes para retomada dos trabalhos às 14h30.
1063 **Reinício da Reunião.** Às 14h30, do dia 5 de junho de 2013, reiniciou-se a 73ª reunião do
1064 Conselho Consultivo. Presentes os conselheiros: Ângela Gutierrez, Breno Bello de
1065 Almeida Neves, Arno Wehling, Ítalo Campofiorito, Marcos Castrioto de Azambuja, Nestor
1066 Goulart Reis Filho e Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil;
1067 Antonio Menezes Junior, representante do Ministério das Cidades, Carla Maria Casara,
1068 representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, Cícero
1069 Antônio Fonseca de Almeida, representante do Instituto Brasileiro de Museus, José Liberal
1070 de Castro, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Roque de Barros Laraia,
1071 representante da Associação Brasileira de Antropologia e Rosina Coeli Alice Parchen,
1072 representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo
1073 justificado, os Conselheiros Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, Maria Cecília
1074 Londres Fonseca, Marcos Vinícios Vilaça, Myriam Andrade Ribeiro e Ulpiano Toledo
1075 Bezerra de Meneses, representantes da sociedade civil; Gilson Rambelli, representante da
1076 Sociedade de Arqueologia Brasileira. A Presidenta Jurema Machado reabriu os trabalhos
1077 com as seguintes palavras: “Boa tarde. Vamos entrar na discussão do quarto ponto da
1078 pauta, **a Proposta de Tombamento do Conjunto Arquitetônico Paisagístico do Bairro**
1079 **da Luz, em São Paulo**”. Pediu, então, ao Diretor Andrey Schlee, para contextualizar o
1080 tema. Este, explicou que o Conselho iria analisar dois processos, o primeiro que diz
1081 respeito ao Bairro da Luz, implicando, na verdade, no retorno do processo ao Conselho,
1082 que havia se debruçado sobre a matéria e tombado dez bens na área do Bairro da Luz na
1083 23ª Reunião do Conselho, realizada em 2000. Conforme a sugestão alguns Conselheiros,

1084 especialmente, do Relator à época, Professor Nestor Goulart Reis Filho, foi indicada a
1085 inclusão de outros bens, estando, por isso, ainda aberto o processo para que fosse instruído,
1086 do ponto de vista de valor, mais quatro bens e para que houvesse a notificação aos
1087 proprietários desses bens. Não seria feito um novo processo de tombamento, mas a
1088 homologação do tombamento de quatro bens isolados desse conjunto arquitetônico maior,
1089 ou seja, o portão do antigo Presídio Tiradentes, o Seminário da Luz junto com a sua Igreja,
1090 o Hospital Militar e o Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição. Em seguida, a
1091 Superintendente do IPHAN no Estado de São Paulo fez uma pequena introdução sobre o
1092 assunto apresentando diversos mapas com imagens de São Paulo no período de 1810 aos
1093 dias atuais com as imagens dos quatro bens a serem avaliados pelo Conselho. Terminada a
1094 apresentação a Presidenta Jurema Machado solicitou ao Professor Nestor Goulart que
1095 procedesse à leitura de seu parecer. Este agradeceu e, antes de ler o parecer pediu para
1096 esclarecer um ponto que havia, segundo ele, gerado dúvida. “Quando em 2000, o processo
1097 foi apresentado estavam sendo iniciados os estudos com recursos internacionais para
1098 restauros no Centro das cidades brasileiras e isso trouxe uma dificuldade nova para o
1099 IPHAN porque os conceitos antigos não davam conta da nova realidade, e com isto eu
1100 estou querendo me referir ao parecer inicial e as razões das dúvidas surgidas. Então, sendo
1101 de São Paulo recebi a incumbência de relatar a parte da Estação da Luz, do Jardim da Luz
1102 e daquela área da Luz. O que nós fizemos envolvia parecer sobre o primeiro conjunto que
1103 implicava no tombamento de edifícios de caráter neoclássico e eclético, alguns
1104 reconhecidamente de pouco valor arquitetônico, e que o projeto de tratar essas partes
1105 antigas do centro da Cidade precisava de um tipo de enquadramento que contornasse essa
1106 questão do valor edifício por edifício. E o que nós fizemos com esse parecer, primeiro foi
1107 propor que esses casos começassem a ser tratados como conjuntos urbanísticos, em geral
1108 eles são conhecidos como conjuntos urbanos, mas eu acho que o conjunto de latas velhas
1109 em uma cidade é um conjunto urbano, um conjunto de casa ruínas é conjunto urbanístico
1110 porque tem uma relação, tem um sentido urbanístico que mantém o elo entre esses
1111 edifícios e que isto fica acima do valor de cada um deles. Então, é um outro valor que
1112 permite esse enquadramento. Assim, eu impedi que fosse introduzido o uso desse conceito
1113 porque senão eles estavam sendo vistos como conjuntos históricos e se desconhecia a
1114 questão do valor urbanístico e arquitetônico. Então, analisei as características desta área da
1115 Cidade de São Paulo e procurei mostrar que, consciente ou inconscientemente, havia uma

1116 relação entre eles. Fizemos uma lista isso veio, é o que estava no processo segundo a
1117 informação propusemos esse tombamento. Quando chegou no plenário, não foi eu quem
1118 propus, foi primeiro a Conselheira Suzana Sampaio e o arquiteto Carlos Lemos que
1119 começaram a lembrar os outros imóveis que estavam ao redor e que guardavam relação.
1120 Por exemplo, a Vila Inglesa. Por que Vila Inglesa, porque os engenheiros ingleses da
1121 companhia, da *São Paulo Railway* moravam ali. Tudo isso tem relação, uma coisa com a
1122 outra e com a história da Cidade. Então, no plenário aprovou-se por unanimidade o que
1123 tinha sido proposto e a inclusão destes outros. O processo geral teve início em maio de
1124 2000 com Ofício assinado por Reinaldo Francisco Muza, na época responsável pela Nona
1125 Superintendência, dirigido ao então o Presidente do IPHAN, o arquiteto Carlos Henrique
1126 Heck. Depois das etapas preliminares de tramitação o processo recebeu Parecer Técnico nº
1127 067, de 2000, e foi encaminhado à Secretaria do Conselho Consultivo. O parecer técnico
1128 de autoria do historiador Adler Homero Fonseca de Castro apresentava uma série de obras
1129 no Parque da Luz, em São Paulo, propondo sua inscrição como patrimônio histórico,
1130 denominando-o conjunto arquitetônico e paisagístico no Bairro da Luz no município de
1131 São Paulo. A seguir o processo foi enviado a este Conselheiro Relator que apresentou o
1132 parecer sobre a matéria, foi aprovado por unanimidade. Em nosso parecer, nós
1133 destacávamos a prudência das manifestações dos técnicos do IPHAN no trato com o
1134 assunto, uma vez que ele envolvia uma série de edifícios de caráter eclético alguns deles
1135 pouco relevantes se tomados isoladamente, o que não se enquadrava nas rotinas
1136 estabelecidas e etapas anteriores daquele IPHAN. Na oportunidade nós apontávamos a
1137 necessidade de abordar o assunto com conceito de conjunto urbanístico com valor próprio,
1138 mais relevante do que de cada uma das partes de sua constituição. O parecer do Relator foi
1139 aprovado pelo Conselho Consultivo, em sua 23ª Reunião, 10 de agosto de 2000. Tais bens
1140 estavam, portanto tombados e cabia a Procuradoria Jurídica notificar as partes interessadas.
1141 Entretanto, por propostas dos então Conselheiros, Carlos Alberto Cerqueira Lemos e
1142 Suzana Cruz Sampaio, à lista dos bens constitutivos do conjunto foram acrescentados
1143 outros, a saber: Edifício do Seminário Episcopal, Igreja de São Cristóvão, Mosteiro e
1144 Igreja da Imaculada Conceição da Luz, atuais Mosteiro e Museu de Arte Sacra de São
1145 Paulo, localizados na Avenida Tiradentes, número 676, o Edifício do Hospital Militar e do
1146 Quartel Tobias de Aguiar, e o antigo Portal do Presídio Tiradentes. O tombamento desses
1147 outros bens culturais também foi aprovado pelo Conselho Consultivo. Então, vamos nos

1148 perguntar o que estamos fazendo aqui. Os proprietários dos imóveis listados de início no
1149 parecer aprovado em agosto de 2010 foram todos notificados na forma da lei, essa parte
1150 ficou concluída em termos legais. Entretanto, cabia elaborar informações sobre os bens
1151 constantes da lista complementar aprovada na mesma ocasião, mas carente de informações
1152 técnicas naquela oportunidade. Nós recebemos os processos com as informações técnicas
1153 completas inclusive as jurídicas para orientar discussão do Conselho, mas como os
1154 Conselheiros se adiantaram propondo novos bens, faltava completar a informação técnica
1155 do processo. O assunto recebeu um encaminhamento com o Parecer Técnico, de 27 de
1156 outubro de 2011 e os respectivos Anexos I e II, firmados pelos arquitetos Liziane Perez
1157 Mangili (Assessora do Programa Monumenta), e Marcos José Carrilho, do IPHAN de São
1158 Paulo, correspondendo às páginas 345 a 360 do volume 2 do Parecer. A esses documentos
1159 somou-se o diagnóstico do estado de conservação e preservação firmado pelo arquiteto
1160 Victor Hugo Mori (páginas 361 a 367 do processo). A seguir a Procuradora Federal
1161 Genésia Matos Alves Camelo procedeu à análise e manifestação jurídica (páginas 373 a
1162 388). Com base nessa documentação, considerando que o tombamento desses imóveis já
1163 havia sido aprovado por unanimidade pelo Conselho Consultivo, foram feitas as
1164 notificações aos respectivos proprietários na forma da lei, encerrando-se as providências
1165 cabíveis. A essa altura o processo foi encaminhado ao historiador Adler Homero e ele ficou
1166 em dúvida se estes bens realmente faziam parte do conjunto. Então, ele julgou que deveria
1167 ser aberto outro processo apenas para esses casos. Depois, isto ficou anos parado. Então, o
1168 processo foi parar nas mãos de Jurema Machado que examinou o assunto e considerou que
1169 as manifestações do historiador e a minha manifestação no processo não colidiam, na
1170 medida em que eu considerava que isso formava um conjunto e que, portanto, não havia
1171 incompatibilidade. Mas ela coloca duas alternativas e é o que nós trazemos ao Conselho
1172 neste momento: ou nós desdobramos o processo, ou fazemos um voto de rerratificação que
1173 legaliza e formaliza a aprovação anterior, no que eu me manifesto, desde já, pela
1174 rerratificação na linha apontada pela Jurema Machado. Então, para que volta esse
1175 processo? Para que se entenda que é preciso formalizar o encerramento de maneira que
1176 amanhã não se levante qualquer dúvida sobre a legitimidade da decisão, ou seja, o
1177 Conselho reiteraria que considera que esses bens todos fazem parte. Então, o que está
1178 apresentado a esse Conselho é a questão de decidir se o Conselho vota pela rerratificação,
1179 encerra-se todo processo e o ato é formalizado e levado às autoridades superiores. Caso



1180 contrário teria que ser aberto outro processo, o que parece uma complicação desnecessária.
1181 O que se traz hoje é uma decisão rápida entre esses dois pontos. Obrigado”. Encerrada a
1182 leitura do Parecer e não havendo manifestação em contrário, a Presidenta encaminhou a
1183 votação, sendo aprovado por unanimidade à **rerratificação do tombamento do Conjunto**
1184 **Arquitetônico e Urbanístico da Luz com a inclusão de quatro novos bens: o Mosteiro**
1185 **e Igreja Imaculada Conceição da Luz, Seminário Episcopal da Luz e Igreja de São**
1186 **Cristóvão, o Hospital Militar e o Portal do antigo Presídio Tiradentes para inscrição**
1187 **no Livro do Tombo Histórico.** Agradecendo aos Conselheiros, Jurema Machado
1188 encaminhou a discussão para o último ponto da pauta, Processo de Tombamento número
1189 1656-T12 referente à Igreja Matriz do Divino Pai Eterno no município de Trindade, Estado
1190 de Goiás a ser relatado pelo Conselheiro Antonio de Menezes Junior. Antes da leitura do
1191 Parecer, a Presidenta passou a palavra ao Sr. Andrey Schlee, Diretor do Depam, que teceu
1192 o seguinte comentário: “Esse é um processo de nova geração, aberto ano passado e
1193 finalizado, se tudo ocorrer bem, no dia de hoje. Ele é de uma proposta conjunta do Depam
1194 com o DPI que busca mostrar e reconhecer simultaneamente valores materiais e imateriais
1195 de um conjunto de bens. O Iphan ainda convive com a diferença entre material e imaterial
1196 até que o dia que consigamos superar isso e aprender novos caminhos de como reconhecer
1197 esses valores. Mas enquanto isso não vem então nós abrimos dois processos, um de
1198 tombamento da Igreja que vocês vão analisar agora. Existe um conjunto de ritos
1199 construídos a partir do encontro, em 1840, de um medalhão na beira de um rio que tinha
1200 em barro, em baixo relevo, a figura da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria.
1201 Começou-se a construir a manifestação de uma fortíssima corrente de fé religiosa do
1202 interior do país que hoje mobiliza em torno de um milhão de pessoas ao redor dessa
1203 Igrejinha que vocês vão analisar e de uma Basílica que foi construída para dar conta do
1204 tamanho da devoção construída. A construção de uma capela, singela como foram todas as
1205 capelas no primeiro momento desse país, dá origem, primeiro a uma Vila, e desse núcleo
1206 urbano chagamos hoje à cidade de Trindade no Estado de Goiás. Esse núcleo urbano
1207 inicial dá origem a uma freguesia cujos se unem a partir da devoção. Então aquela pequena
1208 capela vai sendo melhorada na medida do possível e se transforma a partir de 1912 na
1209 Matriz do Divino Pai Eterno. E aquele homem que encontrou a medalhinha vai ao Veiga
1210 Valle e solicita, talvez pensando com um pouco mais de dignidade ou de monumentalidade
1211 quando comparada com as demais matrizes de Goiás, a elaboração de uma imagem, que é

1212 a imagem de devoção hoje importante, a imagem do Divino Pai Eterno. Ele volta de
1213 Pirenópolis caminhando 100 km. Isso vai dar origem, hoje, a uma romaria, também, uma
1214 romaria fundamental de carretas mais tradicional, mais antiga e importante, com carretas
1215 de bois e, finalmente, vamos dizer, fechando o quadro à cidade de Trindade, a sua hoje
1216 Matriz velha, já que foi construído um Santuário abençoado e autorizado pelo Papa. Sobre
1217 essa Igreja que vocês vão analisar. Em seguida, a Presidenta passou a palavra ao
1218 Conselheiro Antonio Menezes Junior para apresentação de seu parecer. “Caros amigos,
1219 Conselheiros e Conselheiras, apresenta-se à consideração deste Conselho Consultivo, o
1220 **Processo de Tombamento número 1656-T12 referente à Igreja Matriz do Divino Pai**
1221 **Eterno no município de Trindade, Estado de Goiás. PARECER.** Referência: Processo
1222 nº 01450.007172/2012. Senhores Conselheiros. **I- Considerações iniciais.** Apresenta-se à
1223 consideração deste Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural o processo tombamento de
1224 número 1656-T-12, referente à Igreja Matriz do Divino Pai Eterno (Santuário Velho),
1225 situada na área urbana central do município de Trindade, no Estado de Goiás, e o acervo de
1226 bens móveis e integrado, conforme identificação no processo. Trata-se de uma edificação
1227 com caráter de templo da matriz católica, destinado a celebrações, de proporções físicas
1228 generosas e expressão arquitetônica singela, dada austeridade dos elementos de
1229 composição. Constitui referência marcante no contexto urbano onde está inserido dado o
1230 contraste em relação à predominância de edificações de baixa altura existentes no entorno
1231 da praça. Trata-se de elemento de forte pregnância contribuindo para a identidade da
1232 configuração urbana do município conhecido pela associação direta aos fatos
1233 socioculturais seculares vinculados à religiosidade de inúmeros grupos sociais de Goiás e
1234 demais estados brasileiros. O bem é protegido pelo Estado de Goiás cujo processo foi
1235 instruído com base na Lei nº 8.915 de 1980. Para avaliação deste processo, estive em visita
1236 à cidade de Trindade, e acompanhado da Superintendente do IPHAN no Estado de Goiás,
1237 Salma Saddi, e do Padre Marco Aurélio, conheci o monumento, o acervo de bens
1238 integrados, o contexto urbano onde está inserido e diversos aspectos que fundamentam a
1239 proposta de tombamento. Pude confirmar na experiência, o compromisso público com a
1240 preservação de referências culturais tão singulares a grupos sociais diversos, em que o
1241 entusiasmo e a religiosidade de ambos correspondem coerentemente com o próprio sentido
1242 das manifestações sociais, culturais e religiosas em torno do bem objeto da proteção. **II -**
1243 **Aspectos formais do processo de tombamento.** Leitura pormenorizada das inúmeras

1244 manifestações de interessados, servidores e dirigentes do IPHAN permite concluir quanto à
1245 regularidade dos atos administrativos praticados em favor da adequada instrução, pois
1246 possibilitam reconhecer o cumprimento dos requisitos fundamentais para tomada de
1247 decisão por este Conselho Consultivo quais sejam: - identificação e caracterização do bem
1248 cultural – o templo denominado Igreja Matriz do Divino Pai Eterno, o Santuário Velho; -
1249 evidências da legitimidade do pleito e sua decorrente justificativa associada aos agentes
1250 diretamente interessados; - fundamentação para avaliação da proposta de tombamento;
1251 neste caso são relevantes aspectos sociais e religiosos indissociáveis e consolidados ao
1252 longo de uma trajetória histórica de mais de 17 décadas - manifestação dos servidores
1253 legitimados pelos setores administrativos responsáveis pela instrução e estudos visando o
1254 posicionamento final ora submetido ao Conselho Consultivo; - minutas de edital em jornal
1255 de grande circulação dirigidas à sociedade e avisos aos agentes públicos diretamente
1256 vinculados ao efeito do tombamento da edificação – o Prefeito municipal, o Governador do
1257 Estado, Superintendente do Patrimônio da União em Goiás, o representante legal da
1258 Arquidiocese de Goiânia. As peças que expressam os aspectos acima referidos são: - as
1259 fichas do sistema SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) que informam
1260 sobre aspectos cadastrais (Ficha M 301); caracterização externa/ arquitetura (Ficha M
1261 302); - caracterização interna/ arquitetura (Ficha M 303); - averiguação e proposição local
1262 (Ficha M 203) trata dos aspectos físicos espaciais relativos ao espaço urbano, atividades/
1263 usos, e elementos edílios que constituem a configuração do entorno próximo; - ofícios
1264 da Paróquia do Divino Pai Eterno à Superintendência do IPHAN/Goiás, a então Ministra
1265 da Cultura Ana de Holanda, e a lista denominada abaixo-assinado contendo 4.750
1266 assinaturas de cidadãos oriundos de mais de 20 municípios de Goiás e outros estados; -
1267 ofício da Superintendente do IPHAN/Goiás ao Secretário de Recursos Hídricos e
1268 Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente informando sobre a pertinência do
1269 pedido de tombamento, as providências em curso e a meta de finalização do processo; -
1270 memorando do servidor Antônio Miguel Lopes de Sousa, coordenador de Proteção e
1271 Conservação de Bens Imóveis do DEPAM/IPHAN ao qual subscreveu em concordância a
1272 Coordenadora Geral de Bens Imóveis do DEPAM, Érica Diogo, e o diretor do DEPAM,
1273 Andrey Schlee, informando sobre os argumentos de pertinência e legitimidade em favor do
1274 tombamento; - parecer número 234/2012 da Procuradoria Federal no IPHAN atestando a
1275 correção dos atos praticados e apresentando as medidas seguintes para efetivação do

1276 pretendido tombamento. **III - O objeto da proteção** – Igreja do Divino Pai Eterno
1277 (Santuário Velho). Trata-se de um templo de composição plástica simples, ausente de
1278 rebuscamento seja na constituição interna seja nas faces externas da edificação. Sua
1279 volumetria é constituída por 3 volumes alongados no maior lado do retângulo, fortemente
1280 marcados pelos telhados de telha de barro colonial, de águas em direções opostas situados
1281 em dois níveis diferentes. Os dois planos mais altos correspondem à nave e as duas águas
1282 em nível inferior correspondem às galerias laterais. Duas torres frontais dispostas
1283 lateralmente, de altura acentuada devido às coberturas em 4 águas consideravelmente
1284 inclinadas conferem monumentalidade e efeito de pregnância à edificação na relação com
1285 seu entorno imediato. Associada a estas condições – monumentalidade decorrente da
1286 volumetria e da implantação no espaço urbano como objeto isolado destituído de
1287 elementos arquitetônicos contíguos – somam-se as fachadas de composição ritmada pelas
1288 portas e janelas retas e alongadas na altura dos montantes laterais e vergas em arco,
1289 pintadas em azul, conferindo as marcas essenciais da identidade enquanto imagem
1290 arquitetônica. A planta possui forma retangular acompanhando a proporção do maior
1291 sentido da praça urbana onde está situada, na área central de Trindade. Ocupa área de
1292 780,39 m² e está afastada lateralmente cerca de 6 metros da rua de contorno, situação que
1293 favorece o acesso e visibilidade do bem pelos pedestres. No nível térreo, o acesso principal
1294 frontal alcança o *nártex*, amplo compartimento aberto lateralmente destinado à recepção do
1295 usuário. À sua direita situa-se a escada de acesso ao Coro; à sua esquerda encontra-se um
1296 compartimento reduzido destinado a uma loja de artigos relacionados à religiosidade. Duas
1297 galerias laterais envolvem a nave que comporta 490 pessoas sentadas, destinada a
1298 acomodar fiéis em bancos de madeira, sendo acessível pelo corredor central em direção ao
1299 altar. As galerias se encerram em duas capelas laterais depositárias de imagens sacras e
1300 possibilitam até 800 pessoas no interior do Santuário. A capela-mor e o altar situado na
1301 face posterior compõem o conjunto de elementos definidores do espaço central,
1302 fundamentais para o sentido de autenticidade dos atos e mensagens de celebração inerentes
1303 ao templo religioso. Imediatamente atrás do altar, situa-se a sacristia estando nas laterais
1304 esquerda e direita, respectivamente, copa e sala, acessíveis, também, por portas
1305 diretamente voltadas para o exterior. Fato arquitetônico peculiar são as 6 portas situadas
1306 nas fachadas laterais pelas quais promove-se generosa permeabilidade entre espaço urbano
1307 do entorno e o espaço interno do templo, tornando um extensão do outro, e constituindo

1308 condição favorável a encontros interpessoais mais frequentes seja no cotidiano, seja no
1309 período de festividades e romaria. Simplicidade da composição de espaços e elementos
1310 decorativos, rusticidade dos materiais e verdade arquitetônica relacionada aos elementos
1311 estruturais, vedação e cobertura são apreensíveis logo nos primeiras tomadas de vista do
1312 espaço interior. Vários dos elementos estruturais em madeira, estrutura de cobertura e
1313 contraventamento das paredes estão aparentes. Apenas sobre o altar-mor há um forro em
1314 tábuas, tipo saia e camisa, pintado em branco, promovendo efeito moderado de
1315 envolvimento dos elementos que constituem este espaço interno. A nave é envolvida
1316 lateralmente por arcadas em elementos de massa, de referências clássicas e cores claras,
1317 contrastando com os bens integrados em madeira ebanizada, com douramento e linhas
1318 neogóticas, segundo registro na Ficha M 302 (Arquitetura), além de bancos e piso em
1319 tábuas de madeira maciça de tonalidade escurecida. Em 2010, o IPHAN conduziu obra de
1320 restauração de vários elementos da edificação: substituição da estrutura secundária da
1321 madeira da cobertura e do entelhamento, intervenção na cobertura das torres. Em sequência
1322 a paróquia executou serviços de substituição e reparação de reboco, revisão de esquadrias e
1323 instalações elétricas, e a limpeza de bens integrados, conferindo-se assim melhores e
1324 adequadas condições de segurança e salubridade. A edificação objeto do tombamento
1325 possui características autênticas de um exemplar da arquitetura construída em Goiás ao
1326 longo do século XX digna de medidas de preservação enquanto referência pelo poder
1327 público federal. Sua direta vinculação a fatos históricos relativos à formação e
1328 desenvolvimento de identidade de inúmeros grupos sociais no Estado de Goiás constitui o
1329 mais expressivo campo de fundamentos capazes de confirmar essa diretriz proposta no
1330 processo de tombamento e sobre o qual este parecer passa a discorrer. **IV - História e**
1331 **sociedade na construção do templo.** A Igreja, inaugurada em 1912, resultou de um ciclo
1332 de acontecimentos informados nos autos do processo de tombamento. Constitui o lócus
1333 indispensável da realização de ritos e manifestações de religiosidade e fé praticadas por
1334 pessoas simples do Estado de Goiás movidas pela devoção ao Divino Pai Eterno, segundo
1335 Salma Saddi, Superintendente do IPHAN em Goiás (fl. 198). Segundo a dissertação de
1336 mestrado da pesquisadora Valéria Leite Aquino 'Peregrinos do Pai Eterno: os carreiros de
1337 Damolândia na Festa de Trindade/Goiás' (Anexo 2 do processo administrativo) a versão
1338 mais aceita é de que, numa fazenda próxima ao povoado denominado Barro Preto situado
1339 próximo ao núcleo urbano do município de Trindade, o casal Constantino Xavier Maria e

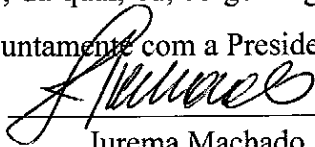
1340 Ana Rosa encontrou uma pequena medalha em barro alusiva à coroação da Virgem Maria
1341 pela Santíssima Trindade. Barro Preto situava-se nas terras de Campinha das Flores, ou
1342 Campinas, atualmente bairro de Goiânia. Segundo relato no processo, uma simples reza do
1343 terço diante da imagem da primeira metade do século XIX promoveu um ciclo de
1344 acontecimentos que resultaram no presente numa das maiores romarias existentes no país.
1345 Após três anos do encontro da imagem, período em que a casa do casal concentrava as
1346 orações, uma capela rústica sob cobertura de folhas da palmeira Buriti, foi erguida a fim de
1347 abrigar o crescente aumento de devotos em torno da medalha símbolo da devoção, tudo em
1348 decorrência da amplitude com que o primeiro fato passou a ser conhecido. Em 1866,
1349 Constantino Xavier providenciou a construção de uma nova capela graças às esmolas
1350 oferecidas à Santíssima Trindade, e ao mesmo tempo encomendou ao escultor goiano
1351 Veiga Valle uma nova imagem da Santíssima Trindade em madeira exposta no Santuário
1352 Velho - Igreja do Divino Pai Eterno – objeto de culto de milhares de romeiros nas
1353 primeiras semanas de julho. Na mesma época, o casal doou o terreno sobre o qual Trindade
1354 se desenvolveria, ao “patrimônio do Divino Pai Eterno”. Em 1948, a posse do terreno foi
1355 confirmada por ação de usucapião aos padres da congregação dos redentoristas que haviam
1356 chegado à região ao final do século XIX. Os redentoristas assumiram a organização do que
1357 já era considerado festa por parte da Igreja e em 1911, após o término desta, a nave da
1358 Igreja foi demolida e iniciada construção de uma nova em proporções maiores, sob
1359 administração do Padre Antão Jorge Hechenblaickner. Num processo alternado de
1360 demolição da antiga estrutura e construção de uma nova e maior, foi construída a nave, e
1361 após a capela-mor período em que as celebrações eram realizadas na nave para onde foi
1362 deslocado o altar até a conclusão da obra. Em 1912, no curso da festa, um ano após
1363 iniciada a construção, o novo templo era inaugurado como mais um ato de devoção ao
1364 Divino Pai Eterno, único Santuário no mundo cujo padroeiro é o próprio Deus ainda que a
1365 Santíssima Trindade tenha sido a motivação de origem deste Santuário, segundo informa
1366 Valéria Leite Aquino por meio da dissertação de mestrado. Assim, ao longo de todo século
1367 XX, fé e devoção prosperaram pelas diversas regiões do Estado de Goiás conforme
1368 informam os diversos trabalhos literários e acadêmicos anexos ao processo de
1369 tombamento. A partir deste contexto, constitui manifestação social, cultural e religiosa
1370 mais significativa a chamada romaria de carreiros do interior de Goiás. Os romeiros
1371 carreiros são peregrinos que se deslocam em carros de boi até o Santuário do Divino Pai

1372 Eterno. O carro de boi é veículo de transporte de carga que foi utilizado na zona rural até
1373 meados do século XX. A carroceria é construída artesanalmente em madeira e, portanto
1374 rústica, é puxada por bois. A romaria acontece durante os nove dias que antecedem ao
1375 primeiro domingo de julho quando se encerra a Festa de Trindade, também iniciada e
1376 transcorrida neste período correspondente ao chamado “tempo comum” do calendário
1377 litúrgico. Dela participam inúmeras comunidades e famílias do interior do estado cuja
1378 organização e realização são estudadas como forma de construção de identidades pela
1379 pesquisadora Valéria Leite Aquino em sua dissertação de mestrado acima referida.
1380 Segundo a mesma pesquisadora, a Festa de Trindade tem caráter de festa de romaria onde
1381 às características festivas e aflitivas, ou seja, ligadas ao sentimento de esperança de uma
1382 solução para aflição relacionada a problemas de saúde, relacionamento interpessoal,
1383 desemprego, moradia, se mesclam produzindo uma configuração ritual singular dada
1384 justaposição de festa e romaria, e a maior possibilidade de participação dos peregrinos.
1385 Estas breves notas referentes ao contexto social e cultural que permeia a história nos
1386 períodos anterior e posterior à edificação do templo objeto do tombamento em âmbito
1387 federal, foram indispensáveis para que este Conselho Consultivo esteja esclarecido de estar
1388 diante de um típico e expressivo caso em que o ato de proteção, ora dirigido ao bem
1389 material, tem profunda e autênticas relações com a chamada dimensão imaterial do
1390 patrimônio. Não por outro motivo, os servidores do IPHAN manifestaram essa convicção
1391 nos autos do processo tal como a Superintendente do IPHAN de Goiás, Salma Saddi, assim
1392 resume (fls. 199/ volume II): “Dentre as manifestações relacionadas ao Divino Pai Eterno
1393 que compõem a tradicional festa, destaque-se a Romaria de Carros de Boi. A ligação
1394 íntima e estreita entre a Igreja Matriz (Santuário Velho) e a Romaria de Carros de Boi,
1395 além de representar a própria origem da celebração do Divino Pai Eterno, materializa,
1396 enquanto possibilidade de reconhecimento do valor cultural associado a esses bens, a
1397 oportunidade de vermos concretizar-se a tão defendida indissociabilidade entre aspectos
1398 materiais e imateriais de nossa cultura. Trata-se, em verdade, de um conjunto de bens
1399 culturais relacionados a um mesmo contexto, de símbolos diferentes que remetem a um
1400 mesmo signo cultural e simbólico que é a devoção ao Divino Pai Eterno.” Coerentemente
1401 com os fatos acima mencionados, Salma informa no processo que o registro da
1402 manifestação cultural vem sendo providenciada pela Superintendência de Goiás mediante
1403 levantamentos e estudos, e que certamente será objeto de exame e deliberação por parte

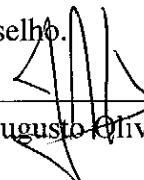
1404 deste Conselho Consultivo ainda no período do centenário do monumento. Diante da
1405 fundamentação registrada nos autos do processo, por sua vez muito bem instruído sob a
1406 condução do DEPAM e da Superintendência de Goiás, declaro a este Conselho estar
1407 convicto em favor da legitimidade e pertinência do tombamento federal da edificação com
1408 caráter de templo denominada Igreja do Divino Pai Eterno (Santuário Velho), situada na
1409 cidade de Trindade, Estado de Goiás, **mediante inscrição no Livro do Tombo Histórico**
1410 **incluindo o acervo de bens móveis e integrados identificados no processo (fls. 157-**
1411 **158), a saber: Corta-vento, Cristo Crucificado, balaustrada e Altar-Mor da Capela-**
1412 **Mor, Altar lateral esquerdo, Altar lateral direito, Púlpito e acesso ao Púlpito.** Nestes
1413 termos, convido os conselheiros a apoiar estas considerações manifestando voto em favor
1414 do ato de proteção indicado acima, pois desta forma se efetivará mais uma contribuição
1415 para preservação de um conjunto de manifestações de natureza material e imaterial capazes
1416 de reiterar a cultura brasileira em sua diversidade e autenticidade. Assim feito, recomendo
1417 ao IPHAN encaminhar ações em cooperação com a Prefeitura Municipal de Trindade, com
1418 o Estado de Goiás e demais agentes envolvidos, visando assegurar melhores condições de
1419 visibilidade do bem e do ordenamento dos espaços do entorno ao monumento – praça e
1420 seus elementos de pisos, mobiliário urbano e vegetação – vias, e adequações da legislação,
1421 se for o caso, a fim de garantir padrões urbanísticos e edilícios adequados ao contexto e
1422 objetivo acima referido. Brasília, 05 de junho de 2013. Antônio Menezes Júnior-
1423 Conselheiro”. A Presidenta Jurema Machado agradeceu ao Conselheiro e esclareceu que
1424 não estava em discussão o registro da manifestação, da festa e nem da romaria como
1425 patrimônio imaterial porque está sendo preparado um dossiê específico conforme
1426 mencionado no dossiê integrante do processo, estando em discussão apenas o templo. Em
1427 seguida passou a palavra ao Conselheiro Liberal de Castro: “eu não conheço a igreja. Mas
1428 eu acho de grande interesse, porque é um caso muito interessante, uma mistura, uma
1429 espécie de arcaísmo, e que, na verdade, quando se diz que está perto de Goiânia, na
1430 verdade Goiânia foi construída muito tempo depois que essa igreja foi feita, essa igreja aí
1431 já existia, estava perdida no interior do Goiás, e se percebe, talvez, que não havia muita
1432 ligação com informações que como se fazia arquitetura na época, apesar desses
1433 redentoristas que talvez deixaram um pouco da marca deles lá na igreja. Porque na verdade
1434 é o império do neogótico que ainda se fazia muito nessas cidades. A reforma de São Paulo,
1435 da catedral de São Paulo, foi muito depois disso, ainda aquela visão do gnosticismo, que na

1436 igreja é popular, mantém toda a raiz altamente, digamos, goiana, de origem, talvez, mineira
1437 e que a gente percebe, agora aceita conscientemente. Há um modelo, uma coisa que fica,
1438 como se fosse um entendimento de uma forma simbólica de igreja, é aquela que é a igreja
1439 que eles querem e deve ter havido um entendimento ou desentendimento entre o povo que
1440 pensa sua maneira de ver a igreja e os redentoristas. Por mim eu concordo com o
1441 tombamento nesse aspecto com a mistura de popular em pleno século XX, quase coloniais,
1442 da colônia. Então eu acho isso engraçado essa mistura, essa força, agora a gente tem que
1443 ver isso, a cidade era isolada, a pessoa quando fala que está 18 km de Goiânia, naquela
1444 época era um mundo completamente perdido, aqueles andando de carro de boi, é um
1445 mundo muito diferente e que talvez esse mundo explique esse tipo de igreja que está aí,
1446 porque a gente fez o desenho dele. “Agora uma manutenção consciente de uma forma
1447 arcaica é que eu acho interessantíssima isso aí, porque é consciente, fizeram, ou se não
1448 conheciam, ou rejeitavam o novo”. O Sr. Andrey fez o seguinte comentário: “não há
1449 dúvida que é uma reinterpretação de uma arquitetura erudita, provavelmente o modelo
1450 estava na mente dos construtores locais a partir da sua vivência. E, também, eu acho que
1451 tem que se chamar a atenção para a necessidade que era própria dessa época, de reforçar a
1452 ideia do caráter da arquitetura, ou seja, igreja era isso”. Não havendo mais inscrição para
1453 comentários a Presidenta Jurema Machado submeteu o Parecer ao voto dos Conselheiros
1454 que se manifestaram por unanimidade pela **inscrição da Igreja do Divino Pai Eterno na**
1455 **cidade de Trindade em Goiás, no Livro do Tombo Histórico**. Após a votação a
1456 Presidenta informou que estavam presentes as Superintendentes do IPHAN em Goiás,
1457 Salma Saddi, a Superintendente do IPHAN em São Paulo, Anna Beatriz Galvão, e uma
1458 delegação da cidade de Trindade, composta pelo Padre Marco Aurélio Martins da Silva,
1459 Eduardo Bueno Pereira, superintendente do meio ambiente, Cristiano Paulo Vaz,
1460 Superintendente de Cultura, Dr. José Carvalho da Silva, Superintendente de Saúde, Bento
1461 Alves de Araújo Fleuricurado, historiador, Elisa de Araújo Meireles, Dr. Sebastião Ferreira
1462 Leite, advogado e o Dr. Geovani Felipe, representante do Governador do estado de Goiás e
1463 Secretário de Cultura. Convidado pela Presidenta, o Padre Marco Aurélio fez uso da
1464 palavra: “É uma alegria imensa poder participar de um momento tão especial na minha
1465 vida e para o povo de Trindade um momento histórico. Eu conheço essa história há mais
1466 de 34 anos e reconheço a fé desse povo que vai à Trindade, o quanto essa história ela e
1467 equipe pelo empenho para concretização do tombamento e terminou dizendo ser um

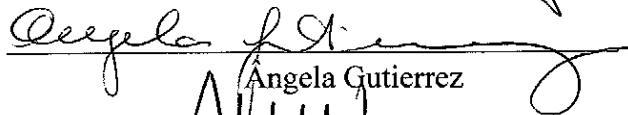
1468 privilégio representar o povo de Trindade e os dois milhões de romeiros no dia de hoje. A
1469 Senhora Salma Saddi agradeceu ao Conselho e à Presidenta pela decisão do tombamento e
1470 disse que só quem vai a Trindade consegue entender essa questão. Citou a frase de Gandhi,
1471 que diz que a alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido e não na vitória
1472 realmente é importante para o nosso estado”. Citou a dedicação da Superintendente Salma
1473 propriamente dita. Encerrando os trabalhos da 73ª Reunião do Conselho Consultivo, a
1474 Presidente Jurema Machado agradeceu a todos, convocando os Conselheiros para, a
1475 princípio estarem novamente na reunião prevista para agosto. Nada mais havendo a tratar
1476 agradeceu a presença e a contribuição dos Conselheiros nos encaminhamentos dos
1477 trabalhos convocando-os para estarem presente na reunião prevista para agosto e encerrou
1478 a sessão, da qual, eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata, que dou fé e
1479 assino, juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho.



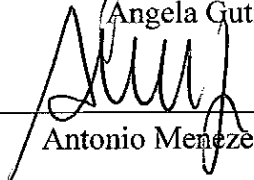
Jurema Machado



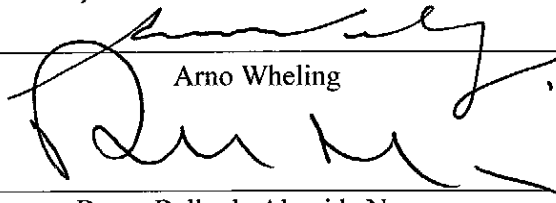
Jorge Augusto Oliveira Vinhas



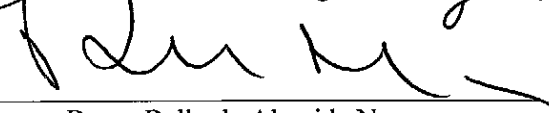
Angela Gutierrez



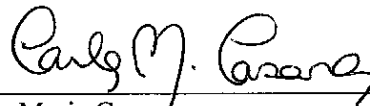
Antonio Menezes Junior



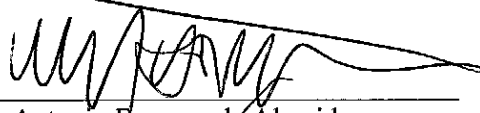
Arno Wheling



Breno Bello de Almeida Neves



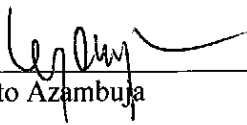
Carla Maria Casara



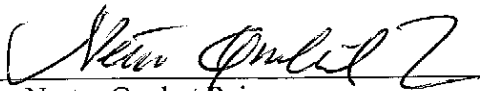
Cícero Antonio Fonseca de Almeida



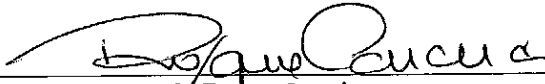
Ítalo Campofiorito



Marcos Castrioto Azambuja



Nestor Goulart Reis



Roque de Barros Laraia



Rosina Coeli Alice Parchen



Synésio Scofano Fernandes